

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026****P.A. Nº 0042804/2025****UASG: 100001**

Objeto	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de chaveiro, sob demanda. O serviço abrangerá a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulagem e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, nos termos do edital e dos seus anexos.
Valor Total Estimado	R\$ 167.284,37

Informações Gerais

Data de Abertura	28/05/2026
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Até o dia 25/05/2026 pelo e-mail licitacoes@tjdft.jus.br
Envio de proposta/documentação	2h após convocação do Pregoeiro
Edital e anexos	https://www.tjdft.jus.br/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/licitacoes-1 e no Compras.gov.br

Unidades Responsáveis

Secretaria Requisitante	SECRETARIA DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA (SESI)
Unidade Requisitante	NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA - NUCESI

Características do Certame

SRP	Não
Adesão à Ata de RP	Não
DEMO (Terceirização)	Não
Exclusiva ME/EPP	Não
Reserva de Quota ME/EPP	Não
Amostra/Prova de Conceito	Não
Vistoria	Não
Critério de Sustentabilidade	Sim

Habilitação

Dispositivo do edital	item 10
-----------------------	---------

Requisitos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • SICAF ou equivalentes • Certidão CNJ • Consulta CEIS • Certidão CNDT • Certidão TCU • Certidão PCD e RPS
--------------------	---

EDITAL

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - **TJDFT** torna público, para ciência dos interessados que, **ÀS 14 HORAS (Horário de Brasília) DO DIA 28 DE MAIO DE 2026**, ou na hipótese de não haver expediente nesta data, no primeiro dia útil seguinte, no Núcleo de Licitações - **Nulic**, localizado na Praça Municipal, Lote 1, Fórum Milton Sebastião Barbosa, Bloco **A**, 7º andar, Ala **A**, Sala 7.015.2, Brasília/**DF**, CEP 70.094-900, por meio do [Portal de Compras do Governo Federal](#), será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, sob o regime de execução na forma de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, regida pelas disposições contidas na [Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#); [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#); [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#); [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#); [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#); ; no [Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#); na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#); nas demais legislações aplicáveis; bem como, pelas condições e exigências constantes do presente edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de chaveiro, sob demanda. O serviço abrangerá a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulação e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, nos termos do edital e dos seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no sistema eletrônico disponível, por meio do [Portal de Compras do Governo Federal](#).

2.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (**SLTI**), onde também deverão informar-se a respeito de seu funcionamento e regulamento e

receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

2.3. Para iniciar o procedimento do registro cadastral no **SICAF**, o interessado, ou quem o represente, deverá acessar o **SICAF**, no [Portal de Compras do Governo Federal](#), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

2.4. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o interessado deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

2.4.1. O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

2.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5.1. As empresas participantes, no ato do cadastro da proposta eletrônica e dos documentos de habilitação, em campo próprio do Sistema, deverão declarar que atendem, sob as penas da Lei, aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido, estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei complementar, no que couber.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.2. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

2.6.3. Empresas com falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.6.3.1. No entanto, admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

2.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior também ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.6.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Pessoa física.

2.6.10.1. Considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

2.6.11. Empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado do órgão ou entidade demandante para prestar serviços, inclusive de consultoria, assistência técnica ou assemelhados, conforme disposto no art. 18, inciso XI da Lei nº 15.080/2024.

2.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - **OSCIP**, atuando nessa condição ; e

2.6.13. Sociedades cooperativas.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. A licitante deverá credenciar-se no sistema **Pregão Eletrônico**, por meio do sítio eletrônico [Portal de Compras do Governo Federal](#), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4. DO CADASTRO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a participação no Pregão Eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente cadastro eletrônico com a descrição do objeto ofertado, quantidade e o preço, inclusive com a marca do material e/ou produto a ser fornecido, quando for o caso, consignada em campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal.

4.2. No cadastramento da proposta eletrônica, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. obriga-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante, bem como não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Quando do cadastro da proposta eletrônica de preços a licitante deverá consignar para cada item o valor unitário e o valor total, **sendo o valor unitário do item considerado para efeito da fase de lances.**
- 4.5. **OBSERVAÇÃO: PARA O ITEM 51 (TAXA DE DESLOCAMENTO), CONSIDERANDO QUE O VALOR DESTES ITENS É FIXO E NÃO SERÁ OBJETO DE LANCES DURANTE O CERTAME, O QUAL SERÁ ADJUDICADO AO VENCEDOR DO LOTE 1, A PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA DEVERÁ SER CADASTRADA NO VALOR EXATO DE R\$ 7.443,94, CONFORME ITEM 4 DO ANEXO I DESTES EDITAIS.**
- 4.6. **Qualquer elemento que possa identificar a licitante NA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS importará a desclassificação da proposta.**
- 4.7. As informações constantes dos documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão DE CONHECIMENTO PÚBLICO, após o encerramento do envio de lances, inclusive do Pregoeiro e dos demais licitantes.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 5.2. As licitantes interessadas poderão participar da sessão pública na internet, por meio do uso dos recursos de acesso à rede eletrônica.
- 5.3. Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 5.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.
- 5.6. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6. DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.1. **OBSERVAÇÃO: O valor do item 51 (taxa de deslocamento) é FIXO e NÃO SERÁ OBJETO DE LANCES durante o certame.**

6.3. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, momento em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.4. A licitante será imediatamente informada do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.5. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital;

b) **Para os itens 1 ao 50 do Anexo I, a** licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)** -

c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

d) **O envio dos lances deverá corresponder ao valor unitário do item .**

6.6. Será adotado para o envio dos lances o seguinte Modo de Disputa:

6.6.1. **Aberto** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme subitem 6.5 do edital.

6.6.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.6.2.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.6.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.6.3.1. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 6.6.2.1, o Pregoeiro poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na persecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.7. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio eletrônico [Portal de Compras do Governo Federal](#).

6.9. Encerrada a fase de lances, ocorrendo empate entre 2 (duas) ou mais licitantes, como critério de desempate, será adotada a previsão do artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.10. Após a fase de lances não serão aceitos valores superiores ao limite estabelecido neste Edital ou manifestamente inexequíveis. Caberá ao licitante comprovar a exequibilidade dos preços cotados, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.
- 6.11. Para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte participantes, após o encerramento da fase de lances, havendo disputa, o próprio sistema as identificará em coluna própria, e fará a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e das demais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na ordem de classificação.
- 6.12. Será assegurada a preferência de contratação em favor das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte quando houver a ocorrência de empate ficto entre a empresa detentora do menor preço e a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, conforme disposto no Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.12.1. Para efeito do disposto no subitem anterior, entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores ao melhor preço.
- 6.12.2. Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes procedimentos, conforme disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006:
- a) o sistema selecionará os itens que se enquadram na forma do subitem 6.12.1, disponibilizando-os automaticamente nas telas do Pregoeiro e da licitante, e encaminhará mensagem automática, por meio do *chat*, convocando a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada a fazer sua última oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, com valor obrigatoriamente inferior ao da primeira colocada, sob pena de preclusão (LC 123/2006, art. 45, §3º).
 - b) caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada não ofereça proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o sistema convocará automaticamente as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.13. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (LC 123/2006, art. 45, §1º).
- 6.14. O disposto no subitem 6.13 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (LC 123/2006, art. 45, §2º).
- 6.15. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, caso não sejam aplicados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 6.17. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, com valores ajustados ao lance final quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, de acordo com o definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

7.2. O julgamento das propostas levará em consideração o **menor preço global do lote 1**, observados todos os critérios estabelecidos neste edital.

7.2.1. **OBSERVAÇÃO: O item 51 será adjudicado ao vencedor do Lote 1.**

7.3. Sendo aceitável a oferta, proceder-se-á à análise da habilitação.

7.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo Pregoeiro, caso não haja manifestação da intenção de recorrer.

7.5. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto do certame.

7.5.1. Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao detentor do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas prevista neste edital.

7.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.6.1. Caso haja necessidade de suspensão da licitação para a realização de diligências, com vistas ao saneamento que trata o subitem anterior, a sessão pública somente será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema e será concedido o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para a retomada do certame, e as ocorrências serão registradas em ata.

7.7. Será registrado o preço da proposta que apresentar o **menor preço global do lote 1** e que cumprir todos os requisitos de habilitação.

8. **DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, com valores ajustados ao lance final quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições do edital.

8.2. Serão recusados os preços finais com valores superiores ao limite estabelecido neste edital ou manifestamente inexequíveis.

8.3. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá efetuar diligência, para efeito de comprovação da exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I - questionamentos perante a proponente para a apresentação de justificativas e

comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

II - verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

III - levantamento de informações no Ministério da Economia, e no Ministério da Previdência Social;

IV - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

V - pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

VI - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

VII - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

VIII - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

IX - levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

X - estudos setoriais;

XI - consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

XII - análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

XIII - demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.5. Caberá à licitante comprovar a exequibilidade dos preços cotados, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, por não apresentação do exigido.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7. Erros no preenchimento da Planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. A proposta de preços ajustada ao lance final, conforme subitem 9.2, bem como os documentos de habilitação consignados nos subitens 10.2 ao 10.5 deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras.gov.br, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, por conveniência e oportunidade devidamente justificada no sistema.

9.1.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo estabelecido no subitem anterior. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.2. A proposta de preços da vencedora deverá preencher os seguintes requisitos:

a) adotar como referência o Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

- b) ser digitada ou impressa por meio eletrônico, em papel com a identificação da empresa, em apenas uma via, escrita em português, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas e datada;
- c) especificar de forma clara o serviço oferecido, com indicação expressa de marca, obedecidas às especificações contidas neste edital;
- d) consignar o preço unitário e o total do serviço em Reais, com até duas casas decimais após a vírgula;
- e) consignar prazo de garantia de, pelo menos, 3 (três) meses, contado a partir do recebimento definitivo por parte do **TJDFT**.
- f) consignar que a prestação dos serviços se dará conforme previsto no Item 5 do Anexo I.
- g) declarar, com base na [Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005](#), que a empresa/entidade não possui em seu seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- h) declarar, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, no que couber; bem como declarar que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- i) declarar ter total conhecimento dos termos de conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores, nos termos da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).
- j) fazer constar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da sua emissão.

9.3. A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

9.4. O **TJDFT** adotará os valores descritos no Anexo I como limites para aquisição.

9.5. Nos preços cotados deverão estar incluídas despesas relativas a impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9.6. Em caso de divergência entre os preços unitários e o total, prevalecerão os primeiros, e entre o valor em algarismos e o expresso por extenso, será levado em conta este último, se houver. A falta do valor por extenso não será motivo para desclassificação da proposta.

9.7. As propostas em desacordo com os termos deste edital ou dispositivo legal vigente, ou ainda que oferecer preço unitário simbólico ou de valor igual a zero, não serão desclassificadas automaticamente mas estarão sujeitas a uma avaliação detalhada para verificar a viabilidade e a adequação em relação aos preços dos insumos, com a devida justificativa do licitante.

9.8. Não havendo prazo expresso de validade da proposta, esta será válida por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da sua emissão.

9.8.1. Incumbe à unidade técnica requisitante **NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA - NUCESI** acompanhar o transcurso do

prazo de validade das propostas.

9.8.2. Após o exame de o objeto corresponder à melhor solução para atender à necessidade pública; de os valores da proposta, reajustados, manterem-se vantajosos à luz daqueles atualmente praticados no mercado; bem como de a proposta ainda conduzir-se à melhor relação benefício-custo para a Administração, o NUCESI poderá solicitar às licitantes a prorrogação do prazo de validade das suas propostas, sempre que a tramitação do certame ou da pertinente convocação para execução do seu objeto se mostrem demoradas a ponto de ensejar o vencimento da validade das propostas.

9.8.3. A prorrogação do prazo de validade das propostas não autoriza a modificação do conteúdo delas, repercutindo, tão somente, no aumento do prazo no qual a proposta tem força obrigatória.

9.9. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega ou de execução do contrato deverão ser apresentados nos próprios autos e antes do término do prazo inicialmente pactuado, contendo as justificativas e os documentos que comprovam a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo fixado em Edital e no Contrato.

9.9.1. A certificação quanto à tempestividade e a análise prévia do pedido de prorrogação previsto no item anterior será realizado pelo gestor do contrato, devendo ser consideradas as circunstâncias alegadas e as provas apresentadas, a viabilidade técnica e os possíveis prejuízos à Administração, sendo deliberada a prorrogação, em definitivo, pela Autoridade Competente.

9.9.2. Caberá à Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA, manifestar-se, exclusivamente, em relação às teses de cunho jurídico e/ou quando demandada pela Autoridade Superior.

9.10. Homologado o resultado do julgamento da licitação pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, as obrigações e despesas daí decorrentes constarão no contrato a ser assinado pelo **TJDFT** com a empresa vencedora.

9.11. Após a fase de habilitação, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Orientações Gerais

10.1.1. A habilitação dos proponentes será realizada por meio da consulta "on-line" ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.1.2. A consulta pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.1.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o Pregoeiro solicitará ao proponente o envio desses por meio do sistema, no prazo de 1h (uma hora), contado a partir desse requerimento.

10.1.3.1. A critério do Pregoeiro, por conveniência e oportunidade devidamente justificada no sistema, o prazo de envio estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado, contado da solicitação no sistema eletrônico.

10.1.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União;

- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Consulta consolidada de pessoa jurídica, entre outros serviços mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e
- d) Composição societária das empresas no sistema SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante.
- e) Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

10.1.4.1. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.1.4.2. No caso das alíneas “a” e “b” do subitem anterior, a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.3. Caso conste na Consulta de Situação do proponente a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

I - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

II - O proponente será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.4.4. Constatada a existência de sanção, o proponente será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. A proponente, para fins de habilitação, deverá optar por uma das seguintes alternativas:

10.1.5.1. Se participar com a matriz, apresentará documentos habilitatórios referentes à sua situação;

10.1.5.2. Se participar com uma de suas filiais, apresentará documentos habilitatórios referentes à situação dessa, **sem desconsiderar os documentos a exigirem centralização – emitidos somente em nome da matriz** como, por exemplo, a Certidão Negativa de Débitos, relativa ao INSS, a débitos trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, desde que comprove o recolhimento ser centralizado.

10.1.6. O proponente vencedor deverá manter a regularidade com a Seguridade Social – **CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e com a Justiça do Trabalho – **CNDT** e com a Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no edital, sob pena de rescisão contratual.

10.1.7. Caberá ao **TJDFT** examinar a composição societária das empresas no sistema SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante.

10.1.8. O proponente enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.1.10. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.1.11. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

10.1.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o proponente será habilitado.

10.2. Documentação relativa à **Habilitação Jurídica**:

10.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico do [Governo Federal](#);

10.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Documentação relativa à **Regularidade fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

III - Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito (**CND**) do **INSS**;

b) Certificado de Regularidade do **FGTS** (**CRF**).

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

VII - Caso o proponente seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar essa condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.1. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, como condição para participação no certame, devem apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição, conforme disposto no artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3.2. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que foi declarada vencedora do certame, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias úteis, a pedido da licitante e a critério da Administração, para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3.3. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declarada vencedora do certame, não providencie a regularização no prazo previsto no subitem anterior, ocorrerá a decadência do direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no parágrafo 5º do artigo 90 da Lei nº 14.133/21, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3.4. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, declarada vencedora do certame, deverá enviar, após o decurso do prazo citado no subitem anterior, declaração de que regularizou a situação fiscal e trabalhista. Porém, somente terá a obrigação de apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (subitem 10.3) para efeito de assinatura do contrato, observando o subitem 10.3.3 do Edital, conforme disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4. As Certidões apresentadas que não tiverem prazo de validade expresse, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua emissão.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Em conformidade com o disposto no inciso VIII, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o crédito pelo qual correrá a despesa consta da [Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026](#) - Lei Orçamentária Anual de 2026, sob a classificação funcional programática 02.061.0033.4234.0053 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal, categoria econômica 3 – Despesas Correntes (PTRES 168473).

11.2. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a LOA/2026 e compatibilidade com o PPA e com a LDO, nos termos do disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado contrato ou emitido instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e

seus anexos.

12.2.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

12.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2.3. Ao adjudicatário cabe apresentar documento comprobatório de sua capacidade para representar a empresa (no caso de titular), informando o cargo que ocupa, ou por meio de procuração, na qual lhe são outorgados poderes para a assinatura do Termo, e apresentando as cópias da Cédula de Identidade e do CPF.

12.3. O contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 9 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. A eficácia do contrato ou do instrumento equivalente se dará a partir do primeiro dia útil após sua divulgação no PNCP.

12.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, prestação do serviço, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

14.2. A **CONTRATADA** disponibilizará para o **CONTRATANTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Nota Fiscal correspondente aos serviços executados.

14.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo.

14.4. Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, o **TJDFT** deverá verificar a regularidade da **CONTRATADA** com a Seguridade Social – **CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **CRF** e com a Fazenda Federal; consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**); emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, bem como verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, em especial a obrigação de manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação/qualificação exigidas para a contratação.

14.4.1. Caso seja constatada alguma irregularidade após a verificação especificada no subitem anterior, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei (arts. 92, inciso XVI; 137, inciso I; e 156, da Lei nº 14.133/21).

14.4.2. Na eventualidade de a vencedora decidir efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante da nota de empenho, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

14.5. Para fins de não retenção dos tributos federais, conforme disposto nos artigos 4º e 6º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, as instituições e pessoas jurídicas elencadas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º, deverão apresentar ao órgão, **no ato da assinatura do contrato**, declaração, na forma dos anexos II, III, IV à instrução, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal.

14.6. O **TJDFT** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste edital.

14.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias corridos entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

14.8. O **TJDFT**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - Relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa **SRF** nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União - **DOU** de 12/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

II - Relacionadas à Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, publicada no **DOU** de 17/11/2009 e alterações conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

III - Referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** - incidente sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c o Decreto **GDF** nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2000.

15. DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

15.1. Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice **IGP/M**,

calculado pela Fundação Getúlio Vargas - **FGV**, "pro rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

15.2. A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

15.2.1. Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **TJDFT**.

15.3. Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **TJDFT** deverá notificar a **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União – **GRU**, a ser preenchida e impressa no site do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br), com os seguintes campos:

15.3.1. Unidade Favorecida.

15.3.2. Código 100001.

15.3.3. Gestão 00001.

15.3.4. Recolhimento.

15.3.5. Código 98815-4.

15.3.6. Contribuinte.

15.3.7. **CPF/CNPJ**.

15.3.8. Nome.

15.3.9. Valor do Documento.

15.4. Efetuado o recolhimento de que trata o subitem 15.3, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.5. Caso o índice estabelecido no subitem 15.1 não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

16. DO AUMENTO E DA SUPRESSÃO

16.1. No interesse do **TJDFT**, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. DO REAJUSTE

17.1. O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como índice o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

17.1.1. A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é 06/03/2026 (conforme Despacho NUPEP 5011848).

17.1.2. O reajuste será concedido de ofício pelo **CONTRATANTE**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**.

17.1.2.1. O **CONTRATANTE** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento.

18. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato,

procedendo-se à sua atualização a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

18.1.1. A **CONTRATADA** assumirá os riscos relativos à possível variação cambial, para mais ou para menos, e adotará medidas que entender adequadas para proteção contra qualquer impacto econômico-financeiro decorrente de valorização/desvalorização do Real, não devendo ser motivo para apresentação de pedido de reequilíbrio contratual.

18.2. A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular ao **TJDFT** requerimento para o equilíbrio do Contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

18.2.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do Contrato.

18.2.2. Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

18.2.3. O **TJDFT**, no prazo de 10 (dez) dias úteis apresentará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

18.2.4. O **TJDFT**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à atualização do contrato.

18.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Independentemente de solicitação, o **TJDFT** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

18.5. As alterações decorrentes do reequilíbrio do Contrato serão publicadas no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**.

18.6. O **TJDFT**, após expirado o contrato, efetivará o pagamento de verbas retroativas, solicitadas pela **CONTRATADA** durante a vigência contratual, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, tomando-se por base a data do fato gerador que ensejou o direito ao reequilíbrio ou repactuação dos preços.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Os licitantes e as contratadas que incidirem nas condutas definidas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), no edital ou no contrato, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.2. Considera-se conduta irregular:

19.2.1. Retardar a execução do certame: ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução em erro no julgamento, ou, ainda, que atrase a assinatura do contrato

19.2.2. Não manter a proposta: ausência de seu envio, bem como recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou, ainda, pedido pelo licitante da desclassificação de sua proposta quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada em demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, salvo se decorrentes de caso fortuito ou de força maior;

19.2.3. Falhar na execução contratual: inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pela contratada;

19.2.4. Fraudar a execução contratual: prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

19.2.5. Comportar-se de maneira inidônea: prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, como frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente em erro no julgamento, prestar informações falsas ou apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinadas a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.4. Ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, o licitante ou a contratada que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 19.1.1:

19.4.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.4.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

19.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.4.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.4.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.4.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.5. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas a seguir descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 19.4.1 a 19.4.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nela referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta

de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 19.1.1:

- 19.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.5.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.5.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.5. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

19.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos.

19.6.1. Após 45 (quarenta e cinco) dias corridos de atraso, a unidade gestora do contrato deverá notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse da Administração em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 20 da [Portaria GPR 75/2022](#).

19.6.2. A aplicação de multa moratória será precedida do devido processo legal, observados os princípios do contraditório da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

19.6.3. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Portaria GPR 75/2022](#) e na Lei nº 14.133, de 2021.

19.6.4. O valor final apurado para a sanção de multa moratória, calculado na forma do contrato, observará o limite de 30% (trinta por cento) do valor da parcela em atraso.

19.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

19.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 1% (um por cento) do valor contratado ou estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado ou contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- j) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

19.8.1. Nos contratos ainda não celebrados, o percentual de que trata o subitem 19.10 e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

19.8.2. O TJDFT exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

19.8.3. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

19.9. Fica dispensada a formalização em processo, registro contábil e cobrança administrativa dos débitos, quando a soma dos valores atribuídos à contratada, sem juros ou atualizações, for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes pela **COAGEC**.

19.9.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

19.10. Na aplicação da sanção de multa e em caso de rescisão contratual unilateral, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

19.12. A aplicação das sanções previstas neste edital ou no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.13. Os prazos referentes às penalidades aplicadas às contratadas, para todos os efeitos, são contados a partir da data do registro realizado pela **COAGEC** no Portal Nacional de Contratações Públicas — **PNCP** ou sistema equivalente.

19.14. O **TJDFT** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS** e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

19.15. Os casos excepcionais serão decididos pela Presidência do TJDFT.

19.16. A aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório e no contrato reger-se-á pelas disposições da [Portaria GPR 75/2022](#).

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

20.1. Em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão deste Pregão Eletrônico, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório mediante petição a ser encaminhada exclusivamente pelo endereço eletrônico licitacoes@tjdft.jus.br.

- 20.1.1. As respostas às impugnações serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório a resultar alteração que afete a formulação de propostas, será definida e publicada nova data para se realizar o certame, de modo a resguardar o prazo mínimo entre a publicação do novo regramento e a apresentação de propostas, notadamente quando a mudança repercutir na eventual apresentação de propostas ou participação no certame.
- 20.1.3. As respostas às impugnações possuem caráter vinculante a todos os participantes e à própria Administração.
- 20.1.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura da sessão, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 20.2. Em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão deste Pregão Eletrônico, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos deste ato convocatório mediante petição a ser encaminhada exclusivamente pelo endereço eletrônico licitacoes@tjdft.jus.br.
- 20.2.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.2.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos possuem caráter vinculante a todos os participantes e à própria Administração.
- 20.2.3. Decairá do direito de pedir esclarecimentos quanto aos termos deste edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura da sessão, dúvidas que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 20.3. O envio dos e-mails de impugnação e/ou questionamentos deverão obedecer ao limite máximo de 8 MB (oito megabytes).
- 20.3.1. Os e-mails acima do limite estabelecido poderão não ser recebidos em virtude da capacidade do servidor. Dessa forma, a licitante poderá fracionar/fragmentar/dividir os arquivos.
- 20.4. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 20.5. Após a emissão, pelo Pregoeiro, do ato decisório final a implicar o encerramento do certame, admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, o registro prévio da intenção de recorrer, de forma imediata, em campo específico, disponibilizado pelo Sistema Eletrônico, durante a Sessão Pública, pelo prazo de **10 (dez) minutos** para cada uma das fases.
- 20.6. A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na preclusão desse direito, ficando a Administração autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 20.6.1. Interposto o recurso, à recorrente será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para juntar os memoriais em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 20.6.2. A não apresentação das razões recursais no prazo do subitem anterior, resulta em não concretização do ato a permitir a continuidade da instrução processual, sem a necessidade de apreciação e julgamento do pleito recursal, dado que inexistente.
- 20.6.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.
- 20.6.4. O recurso interposto e admitido terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida

até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.6.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, quando mantiver sua decisão, a qual será registrada em campo específico no âmbito do Sistema Eletrônico.

20.6.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.6.7. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios adjudicará o objeto e homologará este procedimento de licitação e determinará a contratação.

20.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

21.1. As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo com o estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

22. DA ÉTICA

22.1. As partes comprometem-se a observar os termos da [Resolução 6 de 19 de abril de 2022](#) que institui o Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, e da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#) que estabelece a conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

23. DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO

23.1. As partes comprometem-se a observar os termos da [Resolução CNJ nº 351/2020](#), alterada pela [Resolução CNJ nº 518/2023](#), que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

24. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO (VERSÃO [PORTARIA 1459/2022](#))

24.1. A gestão da execução contratual compreende a fiscalização técnica, administrativa e setorial.

24.2. A fiscalização da execução contratual deve se valer dos atores relacionados, sob a coordenação do gestor do contrato, para garantir a efetiva prestação de serviço. Em regra, cabe ao gestor da unidade que apresentou a demanda, considerando a sua complexidade, avaliar a necessidade da presença de todos eles ou não.

24.3. Os substitutos atuarão nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

24.4. O **gestor do contrato** será o servidor designado para:

24.4.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

24.4.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior as que ultrapassarem sua competência;

- 24.4.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e o pagamento da despesa;
- 24.4.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda à finalidade da Administração;
- 24.4.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- 24.4.6. Constituir relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção de estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico de novas contratações;
- 24.4.7. Coordenar a elaboração do relatório de riscos e suas atualizações durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e setoriais;
- 24.4.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestação de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 24.4.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou unidade com competência para tal;
- 24.4.10. Coordenar a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.
- 24.5. **O fiscal técnico do contrato** será o servidor designado para:
- 24.5.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o com informações pertinentes às suas competências;
- 24.5.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando providências para regularização das faltas ou defeitos observados;
- 24.5.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada na execução do contrato, determinando prazo para correção;
- 24.5.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras;
- 24.5.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- 24.5.6. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e, após a atestação, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 24.5.7. Comunicar ao gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação;

24.5.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo ou setorial de que trata o subitem 24.4.7;

24.5.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado de que trata o subitem 24.4.8;

24.5.10. Contribuir para a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.

24.6. O **fiscal administrativo do contrato** será servidor designado para:

24.6.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, bem como acompanhamento de garantias e glosas;

24.6.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

24.6.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, observado o disposto no art. 36 da [Portaria GPR 1.305 de 21 de julho de 2020](#);

24.6.4. Atuar tempestivamente em eventual descumprimento de obrigações contratuais, informando o gestor do contrato para providências cabíveis quando ultrapassar a sua competência;

24.6.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico ou setorial de que trata o subitem 24.4.7;

24.6.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado de que trata o subitem 24.4.8;

24.6.7. Contribuir para a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.

24.7. O **Fiscal Setorial** será servidor designado para auxiliar o gestor de contrato na fiscalização da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando necessário ou a critério da Administração, com o objetivo de avaliar, *in loco*, a execução do objeto nos moldes contratados, em razão de a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo setor;

24.8. Cabem ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, as atribuições de que tratam os subitens 29.5 e 29.6, no que couber.

25. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

25.1. Não será permitida a subcontratação.

26. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. O Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assegurada a prévia manifestação dos interessados, poderá revogar o presente certame, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar essa conduta; anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. Ou, ainda, adjudicá-lo e homologá-lo.

26.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Pregão.

26.3. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologadas pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

26.4. O Pregoeiro fará consulta dos licitantes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - **CADIN**, conforme Art. 6º da [Lei nº 10.522/2002](#).

26.4.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos do disposto no art. 6º-A da [Lei 10.522/2002](#).

26.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

26.6. Constituem anexos deste edital dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Locais da Prestação dos Serviços;
- d) Anexo IV – Minuta de Contrato.

26.7. As normas que disciplinam esta modalidade de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.8. O mero desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sem prejuízo dos princípios basilares da Administração Pública.

26.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.10. Os casos omissos e erros formais serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.11. É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado no âmbito do TJDFT pela Portaria GPR 96 de 19 de janeiro de 2022.

26.12. É vedado ao **CONTRATANTE** :

26.12.1. A contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

26.12.2. A contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

26.12.2.1. A vedação constante do subitem anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

26.12.3. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

26.13. Conforme dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça, são vedadas ao **CONTRATANTE** a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam

cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal **CONTRATANTE**.

26.14. Será exigida da licitante vencedora Declaração que atenda às exigências dos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

26.15. É vedada ao **CONTRATANTE** a contratação, a qualquer título, de empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado do órgão ou entidade demandante para prestar serviços, inclusive de consultoria, assistência técnica ou assemelhados, conforme disposto no art. 18, inciso XI da Lei nº 15.080/2024.

26.16. De acordo com o art. 4º da Resolução nº 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – **CNJ**, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º da Resolução supracitada, a saber:

26.16.1. Pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

- I - Atos de improbidade administrativa;
- II - Crimes;
 - a) contra a administração pública;
 - b) contra a incolumidade pública;
 - c) contra a fé pública;
 - d) hediondos;
 - e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
 - f) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
 - g) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

26.16.2. Na mesma vedação do subitem 26.16 incorre a pessoa que tenha:

- I - Praticado atos causadores de perda do cargo ou emprego público;
- II - Sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;
- III - Tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

26.17. Demais esclarecimentos, questionamentos, bem como as respectivas respostas poderão ser obtidos no endereço eletrônico **licitacoes@tjdft.jus.br**, ou pelo telefone (0**61) **3103-4990/4991/4992/4993**.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, na forma das legislações aplicáveis à espécie, convida Vossa Senhoria a apresentar cotação para a entrega da prestação dos serviços abaixo especificados, mediante as condições estabelecidas:

Processo : 0042804/2025

Modalidade : PREGÃO ELETRÔNICO

Número : 05/2026

Abertura : 28/05/2026

Horário : 14 HORAS

Local : www.gov.br/compras

Interessado : Núcleo de Contratações e Convênios de Segurança e Inteligência -NUCESI

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de chaveiro, sob demanda. O serviço abrangerá a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulagem e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, nos termos do edital e dos seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) demanda, de forma contínua e permanente, a contratação de serviços especializados de chaveiro para assegurar a segurança física, a integridade patrimonial e a disponibilidade de acessos em suas unidades, distribuídas em múltiplas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Essa necessidade abrange a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulagem e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis.

2.2. Na situação atual, a inexistência (ou insuficiência) de um atendimento contratado de forma estruturada, padronizada e fiscalizável potencializa riscos operacionais e de segurança, sobretudo porque a demanda ocorre tanto em rotinas quanto em emergências, com criticidades distintas e necessidade de resposta rápida. Em demandas rotineiras, são recorrentes ocorrências como desgaste e desalinhamento de fechaduras, necessidade de confecção de chaves adicionais por rotatividade de pessoal e reconfiguração de ambientes, além de ajustes preventivos para evitar falhas futuras. Quando esses atendimentos não se realizam de modo tempestivo e com padrão técnico, setores passam a operar com acessos improvisados ou inseguros, o que eleva a probabilidade de vulnerabilidades, falhas no controle de acesso e exposição do patrimônio.

2.3. Em situações emergenciais, os efeitos são ainda mais severos, pois podem envolver travamento súbito de portas em áreas estratégicas (gabinetes, salas de audiência, arquivos e ambientes com documentação sensível), perda ou quebra de chaves que inviabilize o início de atividades administrativas e jurisdicionais, ou impedimento de acesso a salas técnicas (ambientes com infraestrutura crítica e apoio ao funcionamento das unidades). Tais eventos, quando não tratados com celeridade e técnica adequada, podem interromper rotinas finalísticas, provocar

atrasos no atendimento ao público, comprometer a continuidade de atos processuais e gerar impactos negativos à imagem institucional, além de ampliar riscos de segurança patrimonial e de integridade de informações e bens.

2.4. As consequências da ausência de atendimento adequado se materializam em três dimensões principais. No funcionamento institucional, podem ocorrer paralisações de atividades finalísticas, indisponibilidade de ambientes administrativos e técnicos, aumento de vulnerabilidade patrimonial por falhas em mecanismos de travamento e risco à integridade de documentos sensíveis, especialmente em áreas de arquivo. No plano operacional e administrativo, a falta de padronização tende a gerar retrabalho, desperdício de materiais, dificuldade de fiscalização e perda de rastreabilidade quando não há Ordem de Serviço (OS) com diagnóstico e registro técnico, além de deslocamentos improvisados e não planejados para tentar sanar emergências. No aspecto financeiro, somam-se custos indiretos decorrentes de atrasos, interrupções, substituições mal justificadas e trocas desnecessárias de peças, inclusive com impacto ambiental associado ao aumento de resíduos.

2.5. Diante desse contexto, a contratação se justifica para garantir atendimento tempestivo e previsível em rotinas e emergências, assegurando a continuidade operacional do TJDF, a integridade e segurança do patrimônio e o controle de acessos físicos, com padronização de procedimentos, critérios técnicos de substituição, registros formais e rastreabilidade para fins de fiscalização, auditoria e prestação de contas.

2.6. Com a contratação, espera-se assegurar a disponibilidade e segurança dos acessos físicos, preservar a continuidade dos serviços judiciais e administrativos, reduzir riscos e retrabalho, padronizar registros e critérios de aceite, minimizar desperdícios (inclusive com gestão de resíduos e destinação adequada) e aprimorar a previsibilidade orçamentária e o controle administrativo sobre serviços e materiais empregados, em alinhamento ao planejamento estratégico e às diretrizes de sustentabilidade institucional.

3. DO VALOR ESTIMADO TOTAL

3.1. R\$ 167.284,37 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme mapa condensado (5011727).

4. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO SERVIÇO - VALOR ESTIMADO E QUANTITATIVO

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS CHAMADOS	QTD	UN	Valor Unitário Máximo Aceito pelo TJDF	Valor Total Máximo Aceito pelo TJDF
	1.	Abertura de Cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$ 64,53	R\$ 645,30
	2.	Abertura de Cadeado Tetra Pado, Gold ou similar.	5	Serviço	R\$ 114,11	R\$ 570,55
	3.	Abertura de Fechadura de Cofre Mecânico Gold.	10	Serviço	R\$ 235,62	R\$2.356,20
	4.	Abertura de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. Modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$ 65,92	R\$ 1.318,40

5.	Abertura de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$ 60,26	R\$ 1205,20
6.	Abertura de fechadura de Porta de Vidro Temperado.	5	Serviço	R\$ 87,01	R\$ 435,05
7.	Abertura de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	82	Serviço	R\$ 83,06	R\$ 6.810,92
8.	Abertura de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar.	20	Serviço	R\$ 108,44	R\$ 2.168,80
9.	Conserto de fechadura de cofre com Senha Mestra, marca Gold ou similar.	10	Serviço	R\$ 189,11	R\$ 1.891,10
10.	Conserto de Fechadura de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	5	Serviço	R\$ 235,56	R\$ 1.177,80
11.	Conserto de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$ 51,81	R\$ 259,05
12.	Conserto de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$ 45,90	R\$ 229,50
13.	Conserto de Fechadura de Porta das marcas Assa Abloy, Imab, Gold ou similar, com Fornecimento de peça se for necessário.	20	Serviço	R\$ 62,29	R\$ 1.245,80
14.	Conserto de Fechadura Tetra e Tetra em X marcas Jas, Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	10	Serviço	R\$ 69,03	R\$ 690,30
15.	Conserto de fechadura de porta em vidro temperado	15	Serviço	R\$ 71,70	R\$ 1.075,50
16.	Cópia de Chave de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar.	5	Serviço	R\$ 132,85	R\$ 664,25
17.	Cópia de Chave plana La Fonte, Imab, Arouca, Papaiz, Stam, Soprano ou similar.	1288	Serviço	R\$ 16,65	R\$ 21.445,20
18.	Cópia de Chave Tetra Gold, Stam ou similar.	85	Serviço	R\$ 35,38	R\$ 3.007,30
19.	Extração de Chave Quebrada	15	Serviço	R\$ 64,61	R\$ 969,15
20.	Fechamento de portas com fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	15	Serviço	R\$ 88,22	R\$ 1.323,30
21.	Fechamento de portas com fechadura tetra Stam, Gold ou Similar.	10	Serviço	R\$ 134,43	R\$ 1.344,30
22.	Fornecimento e instalação de fechadura completa para gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold e Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$ 164,16	R\$ 2.462,40
23.	Fornecimento e instalação de fechadura completa de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$ 176,95	R\$ 2.654,25
24.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Assa Abloy, acompanhada de 2 chaves.	20	Serviço	R\$ 324,36	R\$ 6.487,20

1.

25.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples La Fonte ou similar, acompanhada de 2 chaves	10	Serviço	R\$ 330,01	R\$ 3.300,10
26.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Imab ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$ 326,80	R\$ 3.268,00
27.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$ 294,66	R\$ 2.946,60
28.	Fornecimento e instalação de fechadura para Porta de Vidro Temperado, acompanhada de 2 chaves	5	Serviço	R\$ 329,13	R\$ 1.645,65
29.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples tubular, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$ 361,76	R\$ 3.617,60
30.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Stam, Gold ou Similar, acompanhada de 2 chaves.	25	Serviço	R\$ 311,70	R\$ 7.792,50
31.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples para banheiro, estilo tambor cilíndrico com lingueta, com 2 chaves	15	Serviço	R\$ 245,67	R\$ 3.685,05
32.	Fornecimento e troca de cilindro de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$ 151,00	R\$ 755,00
33.	Fornecimento e troca de cilindro de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com o fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$ 104,53	R\$ 522,65
34.	Fornecimento e instalação de cilindro de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com o fornecimento de 2 (duas) chaves.	54	Serviço	R\$ 292,53	R\$ 15.796,62
35.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura de Cofre Mecânico Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	10	Serviço	R\$ 274,19	R\$ 2.741,90
36.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$ 153,97	R\$ 769,85
37.	Modelagem de Chave de Cofre Mecânico Gold, ou similar, com fornecimento de 2 chaves	10	Serviço	R\$ 167,03	R\$ 1.670,30
38.	Modelagem de Chave de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	46	Serviço	R\$ 165,31	R\$ 7.604,26
39.	Modelagem de Chave Simples de Cadeado Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$ 54,64	R\$ 819,60
40.	Modelagem de Chave de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$ 50,04	R\$ 750,60
41.	Modelagem de Chave Simples de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$ 70,24	R\$ 1.053,60
42.	Modelagem de Chave Simples de Porta Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	141	Serviço	R\$ 73,00	R\$ 10.293,00
43.	Modelagem de Chave Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$ 130,07	R\$ 650,35
44.	* Taxa de Emergência.	60	Serviço	R\$ 126,84	R\$ 7.610,40
45.	* Taxa de Serviço Extraordinário.	20	Serviço	R\$ 138,62	R\$ 2.772,40
46.	Troca de segredo numérico de cofre marca Gold, ou similar.	5	Serviço	R\$ 160,24	R\$ 801,20
47.	Unificação de segredo de cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$ 138,44	R\$ 1.384,40

48.	Unificação de segredo de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar	10	Serviço	R\$ 59,87	R\$ 598,70
49.	Unificação de segredo de fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	206	Serviço	R\$ 64,68	R\$ 13.324,08
50.	Unificação de segredo de fechadura tetra Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	20	Serviço	R\$ 61,46	R\$ 1.229,20
51.	* Taxa de deslocamento anual, conforme a tabela de deslocamento abaixo.	1	Serviço	R\$ 7.443,94	7.443,94
CATSER : 5436					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO FIXO	VALOR TOTAL FIXO
51	TAXA DE DESLOCAMENTO, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO.	1	Serviço	7.443,94	R\$ 7.443,94

OBSERVAÇÕES:

a) **AVISO DE DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS** : Para efeito de lances e elaboração das propostas encaminhadas ao TJDF, as empresas participantes deverão considerar as descrições dos serviços e respectivas unidades de fornecimento constantes deste edital. As especificações e unidades de fornecimento oriundas do **CATSER** (Sistema de Compras do Governo Federal) deverão ser desconsideradas, pois divergem do edital ou estão incompletas.

b) De acordo com a conveniência do TJDF, o Anexo III - Locais de Prestação do Serviço, poderá ser alterado.

c) Para o item 51 (taxa de deslocamento), considerando que o valor deste item é FIXO e NÃO SERÁ OBJETO DE LANCES durante o certame, o qual será adjudicado ao vencedor do Lote 1, a proposta de preços eletrônica deverá ser cadastrada no valor exato de R\$ 7.443,94.

d) O fornecedor deverá apresentar, no momento da proposta de preços, orçamento detalhado, de modo a possibilitar a identificação do custos e possibilitar apurar eventual desequilíbrio econômico-financeiro no decorrer da execução contratual.

e) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**, conforme subitem 6.5 do edital.

f) O fornecedor deverá apresentar proposta de preços com os valores rateados sobre todos os itens formadores de preços, não podendo ultrapassar os valores consignados para cada item.

g) Havendo mais de item ou grupo faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um grupo, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

5. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A contratação contempla a prestação de serviços de chaveiro sob demanda, dimensionada para atender às necessidades rotineiras e emergenciais do TJDF. O modelo de execução deve assegurar padronização técnica, rastreabilidade plena e, sobretudo, a estrita observância à segurança institucional, dado o impacto direto do objeto no controle de acesso a

áreas sensíveis e na integridade do sistema de chaves mestras do Tribunal.

5.2. Escopo de Atuação: Abertura técnica, destravamento e remoção de dispositivos (fechaduras, cilindros e cadeados) com emprego de técnicas não destrutivas, priorizando a integridade de portas e ferragens. Inclui manutenção corretiva, regulação e confecção de chaves.

5.3. Qualidade dos Insumos: Como requisito de durabilidade e segurança, as chaves deverão ser confeccionadas em latão ou ligas metálicas de alta resistência, com acabamento niquelado ou cromado, compatíveis com os perfis de cilindros de alta segurança utilizados no Tribunal. As fechaduras e cilindros devem seguir normas da ABNT (NBR 14913) e possuir certificação de resistência e grau de segurança compatível com o tráfego institucional.

5.4. Os serviços serão executados nos endereços listados no Anexo III - Locais de Prestação dos Serviços e serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 7:00 horas às 18:00 horas.

5.5. A execução dos serviços poderá ser alterada para outros horários (noturno ou dias não úteis) a critério do CONTRATANTE, mediante pagamento de taxa de emergência ou taxa de serviço extraordinário, conforme itens 5.13 a 5.16 deste Anexo I.

5.6. A CONTRATADA cumprirá os seguintes prazos para execução dos serviços, contados a partir da solicitação formal do CONTRATANTE por meio de Ordem de Serviço (OS):

5.6.1. prazo de até 2 (dois) dias úteis para os serviços habituais, quando não houver urgência;

5.6.2. prazo de até 2 (duas) horas para execução dos serviços emergenciais;

5.6.3. prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado do aviso da rejeição do serviço prestado na alínea 'a', para providenciar as correções necessárias.

5.6.4. prazo de até 2 (duas) horas, contado do aviso da rejeição do serviço prestado na alínea 'b', para providenciar as correções necessárias.

5.7. Para os itens com fornecimento de materiais, só serão aceitos materiais novos e originais.

5.8. Para abertura da Ordem de Serviço será utilizado o sistema informatizado já existente no NÚCLEO DE REGISTROS E CONTROLE DE ACESSO - NURCA.

5.9. **Taxa de Deslocamento** - A cada mês será paga, cumulativamente com os serviços executados. O serviço foi estimado, baseado no cálculo da distância da Sede do tribunal, para cada localidade prevista no Anexo III. E, também estimando a média das distâncias de todas as localidades, para cômputo da Sede.

5.10. A fonte de pesquisa utilizada, para os cálculos do preço da gasolina e valores de consumo médio urbano em oito carros populares, <https://preco.anp.gov.br/> e www.carrosnaweb.com.br.

5.11. **Taxa de Emergência** - Para chamados que o Chaveiro DEVE comparecer, para a execução do serviço, no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5.11.1. A taxa de emergência será paga cumulativamente com a taxa de deslocamento, não sendo cumulativa com a taxa de serviços extraordinários.

5.12. **Taxa de Serviço Extraordinário** - A contratante solicitará - sempre que necessário, o acompanhamento do serviço de Chaveiro, nas operações da polícia judicial do TJDF e/ou da polícia judiciária, mediante comunicação prévia, para atendimento em qualquer horário, nos dias úteis, feriados ou finais de semana, limitado o acompanhamento pelo período de 3 horas, e, caso esse tempo seja extrapolado, será paga a fração excedente, proporcional ao tempo do serviço prestado.

5.12.1. A taxa de serviço extraordinário será paga cumulativamente com a taxa de deslocamento, não sendo cumulativa com a taxa de emergência.

5.13. A unidade responsável pela fiscalização dos serviços será o NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA (NUCESI).

5.14. O recebimento do serviço será acompanhado e fiscalizado pelo NUCESI, na condição de representante do TJDF, e será executado em 02 (duas) etapas:

5.14.1. O recebimento provisório, a cargo do fiscal que acompanha a execução do contrato, dar-se-á mediante elaboração de termo detalhado de recebimento provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da entrega do objeto.

5.14.2. O recebimento definitivo, a cargo de outro servidor ou comissão designada pela autoridade competente, dar-se-á mediante elaboração de termo detalhado de recebimento definitivo, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento provisório.

5.15. **Recusa do objeto**, no todo ou em parte, acontecerá nos seguintes casos:

5.15.1. Forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;

5.15.2. Apresentarem mais de 3 (três) problemas até o recebimento definitivo.

5.16. A reposição do objeto recusado por si só não desonera a participante vencedora das penalidades previstas pelo descumprimento das obrigações estabelecidas no instrumento contratual.

5.17. A participante vencedora terá o prazo de 2 (dois) dias corridos para providenciar a reposição do objeto recusado, às suas custas, a partir da comunicação formal do TJDF. Ultrapassando esse prazo sem que o problema seja sanado, e sem que haja justificativa aceitável, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação, estando a empresa sujeita às sanções cabíveis.

5.18. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com o(s) servidor(es) Norton Maxwell de Carvalho, pelo telefone(s) (0xx61) 99989-2389 ou pelo e-mail: norton.carvalho@tjdf.jus.br, no horário de atendimento das 12 às 18 horas.

6. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

6.1. A prestação de serviços compreende a execução de atividades de chaveiro relacionadas à manutenção corretiva, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra qualificada, nos seguintes termos:

6.1.1. **Serviços de Abertura Técnica e Manutenção:** A abertura técnica não destrutiva envolve o destravamento de portas, gavetas, armários, cofres e arquivos por meio de técnicas especializadas — como “mixagem” — e ferramentas apropriadas, garantindo a integridade da estrutura e dos componentes do mecanismo. A manutenção corretiva inclui desmontagem, limpeza, lubrificação com grafite em pó ou lubrificantes secos e ajuste de mecanismos internos. Os ajustes de ferragens abrangem regulagem de contra-testas, molas aéreas ou de piso e dobradiças, assegurando o correto fechamento e a funcionalidade dos dispositivos de travamento.

6.1.2. **Sistemas de Cilindros e Mestragem (Núcleo de Segurança):** Os serviços incluem unificação e recombinação de segredos por meio da alteração da codificação interna dos cilindros, permitindo padronização conforme as necessidades de cada unidade. A padronização de mestragem deve observar rigorosamente a hierarquia de chaves mestras do TJDF, garantindo compatibilidade em substituições de cilindros. Em áreas sensíveis, exige-se o uso de cilindros de alta segurança, resistentes a técnicas como “bumping”, perfuração e cópia não autorizada.

6.1.3. **Confecção e Duplicação de Chaves:** As chaves devem ser confeccionadas exclusivamente em materiais de alta resistência, como latão ou ligas metálicas com acabamento cromado ou niquelado, sendo vedado o uso de materiais de baixa durabilidade. A modelagem por impressão permite a confecção de chaves a partir do cilindro, assegurando a integridade do padrão de segurança. Nas duplicações, devem ser utilizadas máquinas calibradas eletronicamente, garantindo precisão das cópias e prolongando a vida útil dos cilindros.

6.1.4. **Fornecimento de Componentes (Ferragens):** As fechaduras e travas fornecidas devem atender à NBR 14913, que estabelece requisitos de desempenho e métodos de ensaio. Para portas externas ou áreas restritas, exige-se grau de segurança “Muito Alto” e resistência adequada à corrosão. Todos os componentes substituídos devem ser novos e originais, vedando-se o uso de peças recondicionadas.

6.1.5. **Procedimentos de Segurança e Gestão:** Os profissionais da contratada devem estar formalmente identificados e autorizados para atuar nas áreas atendidas. É proibida a retenção de moldes, cópias ou registros de segredos mecânicos. Após cada atendimento, deve ser realizada a limpeza do local, incluindo a retirada de limalhas e resíduos, bem como o recolhimento dos materiais substituídos para fins de logística reversa e comprovação documental de destinação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Providenciar para que o objeto da licitação a ela adjudicado seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo **TJDFT**, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o **TJDFT**.

7.2. Arcar com todo o transporte do produto objeto da presente licitação, e os deslocamentos necessários a sua entrega.

7.3. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto da licitação, responsabilizando-se pelo pagamento de tributo e despesas inerentes ao material fornecido.

7.4. Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta licitação.

7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, contado da solicitação do **TJDFT**, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.6. Responder pelos danos causados diretamente ao **TJDFT** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais ou na prestação dos serviços.

7.7. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do **TJDFT**.

7.8. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, sempre que solicitado pelo **TJDFT**, sob pena de extinção do contrato.

7.9. Manter atualizados e-mail e telefones constantes da proposta, a fim de viabilizar as comunicações/notificações realizadas durante a execução do contrato.

7.10. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

7.11. Respeitar o Código de Ética e Integridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em observância à [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

7.12. Não dar em garantia o Contrato nem ceder o crédito dele decorrente, em quaisquer operações financeiras, sob pena de multa compensatória e de rescisão contratual;

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- 8.2. Receber o objeto em dias úteis, no horário e local designado no item 5 deste Termo de Referência;
- 8.3. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.4. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- 8.5. Fiscalizar durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- 8.6. Providenciar a prévia oitiva da **CONTRATADA**, quanto ao interesse no reajustamento, no prazo de até 1 (um) ano, contado do orçamento estimado, nos termos do item 17 do Edital – Do reajuste.
- 8.7. Identificar os itens a serem acompanhados durante a execução dos serviços e elaborar plano de fiscalização, com base no modelo de gestão, no modelo de execução do contrato, na especificação de requisitos, nas responsabilidades e na proposta da **CONTRATADA**.

9. DA GARANTIA

- 9.1. Será do fabricante pelo prazo mínimo de 3 (três) meses corridos, contado a partir do recebimento definitivo do serviço por parte do **TJDFT**.

10. DA SUSTENTABILIDADE

10.1. Econômica

- 10.1.1. Reajuste Anual: por índice oficial setorial ou IPCA, na forma e data-base definidas no edital, resguardando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 10.1.2. Reequilíbrio Econômico-Financeiro: possível mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis à época da contratação, com memória de cálculo, documentos comprobatórios e análise técnica.
- 10.1.3. Repactuação: quando houver serviços com mão de obra significativa e habitual, conforme regras aplicáveis (se for o caso).
- 10.1.4. Glosas e Compensações: a Administração poderá glosar valores por serviços não conformes ou inexecutados.

10.2. Ambiental

- 10.2.1. Logística Reversa: Como requisito de sustentabilidade, a contratada deve realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de peças substituídas, apresentando mensalmente o comprovante de descarte/reciclagem.
- 10.2.2. Orientação à contratada de que o uso de documentação digital (OS eletrônica e relatórios em PDF via SEI) elimina o consumo de papel e insumos de impressão, alinhando-se às metas de descarbonização e redução de custeio administrativo do TJDFT.
- 10.2.3. A contratada deverá manter o local limpo, recolhendo todo o resíduo gerado.

10.2.4. Social

10.2.5. A Contratada deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aplicáveis à atividade.

10.2.6. Ambientes e condições seguras durante a execução dos serviços.

10.2.7. Havendo acidente, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração e cumprir os procedimentos legais.

10.2.8. Cumprir as condições estabelecidas no item 5.2 do edital no que diz respeito a:

10.2.8.1. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

10.2.8.2. Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado;

10.2.8.3. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

10.3. Serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, inciso III da Lei 14.133/21.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

Processo: 42804/2025

Pregão Eletrônico nº 05/2026

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de chaveiro, sob demanda. O serviço abrangerá a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulagem e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, nos termos do edital e dos seus anexos.

Dados da Empresa

Nome da empresa (razão social):.....

Nome Fantasia:.....

Endereço:.....

Cidade:.....UF:.....CEP:.....

CNPJ nº:.....Telefone/fax:.....

E-mail:.....

Responsável pela assinatura do(a) contrato/ata

Nome:.....E-mail:.....

Cargo/função:.....Telefone/fax:.....

Dados bancários (com dígito verificador): Banco nº:.....Agência nº:.....Conta corrente nº:.....

Apresentamos nossa proposta comercial relativa ao Pregão Eletrônico em epígrafe,

conforme item 4 do Anexo I e item 9.2 do Edital, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da sua preparação.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, SOB DEMANDA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PELA CONTRATADA.						
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS CHAMADOS	QTD	UN	Valor Unitário Máximo Aceito pelo TJDF	Valor Total Máximo Aceito pelo TJDF
	1.	Abertura de Cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
	2.	Abertura de Cadeado Tetra Pado, Gold ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
	3.	Abertura de Fechadura de Cofre Mecânico Gold.	10	Serviço	R\$	R\$
	4.	Abertura de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. Modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$	R\$
	5.	Abertura de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$	R\$
	6.	Abertura de fechadura de Porta de Vidro Temperado.	5	Serviço	R\$	R\$
	7.	Abertura de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	82	Serviço	R\$	R\$
	8.	Abertura de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar.	20	Serviço	R\$	R\$
	9.	Conserto de fechadura de cofre com Senha Mestra, marca Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
	10.	Conserto de Fechadura de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	5	Serviço	R\$	R\$
	11.	Conserto de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
	12.	Conserto de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
	13.	Conserto de Fechadura de Porta das marcas Assa Abloy, Imab, Gold ou similar, com Fornecimento de peça se for necessário.	20	Serviço	R\$	R\$

1.

14.	Conserto de Fechadura Tetra e Tetra em X marcas Jas, Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	10	Serviço	R\$	R\$
15.	Conserto de fechadura de porta em vidro temperado	15	Serviço	R\$	R\$
16.	Cópia de Chave de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
17.	Cópia de Chave plana La Fonte, Imab, Arouca, Papaiz, Stam, Soprano ou similar.	1288	Serviço	R\$	R\$
18.	Cópia de Chave Tetra Gold, Stam ou similar.	85	Serviço	R\$	R\$
19.	Extração de Chave Quebrada	15	Serviço	R\$	R\$
20.	Fechamento de portas com fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	15	Serviço	R\$	R\$
21.	Fechamento de portas com fechadura tetra Stam, Gold ou Similar.	10	Serviço	R\$	R\$
22.	Fornecimento e instalação de fechadura completa para gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold e Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
23.	Fornecimento e instalação de fechadura completa de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
24.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Assa Abloy, acompanhada de 2 chaves.	20	Serviço	R\$	R\$
25.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples La Fonte ou similar, acompanhada de 2 chaves	10	Serviço	R\$	R\$
26.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Imab ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
27.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
28.	Fornecimento e instalação de fechadura para Porta de Vidro Temperado, acompanhada de 2 chaves	5	Serviço	R\$	R\$
29.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples tubular, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
30.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Stam, Gold ou Similar, acompanhada de 2 chaves.	25	Serviço	R\$	R\$
31.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples para banheiro, estilo tambor cilíndrico com lingueta, com 2 chaves	15	Serviço	R\$	R\$
32.	Fornecimento e troca de cilindro de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
33.	Fornecimento e troca de cilindro de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com o fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
34.	Fornecimento e instalação de cilindro de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com o fornecimento de 2 (duas) chaves.	54	Serviço	R\$	R\$
35.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura de Cofre Mecânico Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
36.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
37.	Modelagem de Chave de Cofre Mecânico Gold, ou similar, com fornecimento de 2 chaves	10	Serviço	R\$	R\$

38.	Modelagem de Chave de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	46	Serviço	R\$	R\$
39.	Modelagem de Chave Simples de Cadeado Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
40.	Modelagem de Chave de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
41.	Modelagem de Chave Simples de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
42.	Modelagem de Chave Simples de Porta Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	141	Serviço	R\$	R\$
43.	Modelagem de Chave Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
44.	* Taxa de Emergência.	60	Serviço	R\$	R\$
45.	* Taxa de Serviço Extraordinário.	20	Serviço	R\$	R\$
46.	Troca de segredo numérico de cofre marca Gold, ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
47.	Unificação de segredo de cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
48.	Unificação de segredo de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar	10	Serviço	R\$	R\$
49.	Unificação de segredo de fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	206	Serviço	R\$	R\$
50.	Unificação de segredo de fechadura tetra Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	20	Serviço	R\$	R\$
51.	* Taxa de deslocamento anual, conforme a tabela de deslocamento abaixo.	1	Serviço	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DO LOTE 1 R\$:					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO FIXO	VALOR TOTAL FIXO
51	TAXA DE DESLOCAMENTO, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO.	1	Serviço		R\$

O valor total da proposta é de R\$ _____ (_____).

A execução dos serviços será conforme o item 5 do termo de referência - Anexo I.

O prazo de garantia será pelo período mínimo 3 (três) meses, contado a partir do recebimento definitivo do serviço por parte do **TJDFT**.

Declaro, com base na Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005, que a empresa/entidade não possui em seu seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido nos

artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, no que couber; bem como declaro que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Declaro ter total conhecimento dos termos de conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores, nos termos da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

O prazo de validade dessa proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da sua apresentação.

Caso esta proposta não venha a ser aceita, o **TJDFT** fica de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

ANEXO III

LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO
Águas Claras	FÓRUM DESEMBARGADOR HELLÁDIO TOLEDO MONTEIRO, QUADRA 202, LOTE 01 - ÁGUAS CLARAS/DF CEP: 71937-720
Palácio da Justiça/ Fórum de Brasília	FÓRUM DESEMBARGADOR MILTON SEBASTIÃO BARBOSA – BLOCOS A, B, C e D PRAÇA MUNICIPAL - LOTE 1, BRASÍLIA – DF CEP: 70094-900
Brazlândia	FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRCIO RIBEIRO, SETOR ADMINISTRATIVO - LOTE 04, TÉRREO, SALA T-70 BRAZLÂNDIA - DF CEP: 72720-640
Fórum Meio Ambiente	FÓRUM DESEMBARGADOR JOAQUIM DE SOUSA NETO, SAM - NORTE - LOTE M, BRASÍLIA - DF CEP: 70620-000
Ceilândia	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MANOEL COELHO, QNM 11 - ÁREA ESPECIAL N. 01 - CEILÂNDIA CENTRO, CEILÂNDIA - DF CEP: 72215-110
Gama	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE, ÁREA ESPECIAL QUADRA 01, GAMA - DF CEP: 72430-900
Guará	FÓRUM DESEMBARGADORA MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES, QE 25 - ÁREA ESPECIAL I - CONJ. 2 LOTE 2/3 - CAVE - SRIA II, GUARÁ II - DF CEP: 71025-015
Mirabete	FÓRUM PROFESSOR JÚLIO FABBRINI MIRABETE, SRTVS - QD. 701 - LOTE 8R - BRASÍLIA - DF CEP: 70340-903
Leal Fagundes	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES - BLOCO 5, SMAS - SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL - TRECHO 4 - LOTES 6/9, BRASÍLIA - DF CEP: 70610-079
Núcleo Bandeirante	FÓRUM DESEMBARGADOR HUGO AULER, AVENIDA CONTORNO - AREA ESPECIAL N. 13 - LOTE 14, NÚCLEO BANDEIRANTE - DF CEP: 71705-535
Paranoá	FÓRUM DESEMBARGADOR MAURO RENAN BITTENCOURT, QUADRA 03 - LOTE 02, PARANOÁ – DF CEP: 71570-030

Planaltina	FÓRUM DESEMBARGADOR LÚCIO BATISTA ARANTES, ÁREA ESPECIAL N. 10, VIA WL-02 - SETOR ADMINISTRATIVO, PLANALTINA - DF CEP: 73310-900
Recanto da Emas	FÓRUM DESEMBARGADOR VALTÊNIO MENDES CARDOSO, QUADRA 02 - CONJUNTO 01 - LOTE 3 - CENTRO URBANO, RECANTO DAS EMAS - DF CEP: 72610-670
Riacho Fundo	FÓRUM DESEMBARGADOR CÂNDIDO COLOMBO CERQUEIRA, QS 02 - LOTE A, RIACHO FUNDO - DF CEP: 71820-211
Santa Maria	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ DILERMANDO MEIRELES, AVENIDA DOS ALAGADOS - QUADRA 211 - LOTE 01 - SANTA MARIA - DF CEP: 72511-100
São Sebastião	FÓRUM DESEMBARGADOR EVERARDS MOTA E MATOS, CENTRO DE MÚLTIPLAS SÃO SEBASTIÃO - DF CEP: 71691-075
Sobradinho	FÓRUM DESEMBARGADOR JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, SETOR DE ADMINISTRAÇÃO CULTURAL - QUADRA CENTRAL - LOTE F, SOBRADINHO - DF CEP: 73010-501
Taguatinga	FÓRUM DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO MARTINS, ÁREA ESPECIAL N. 23 - SETOR C NORTE - AV. SAMDU - TAGUATINGA NORTE, TAGUATINGA - DF CEP: 72115-901
Samambaia	FÓRUM DESEMBARGADOR RAIMUNDO MACEDO, QR 302, CONJUNTO 1, LOTE 1 - SAMAMBAIA SUL, BRAS'ILIA - DF, 72310-030
Itapoã	FÓRUM DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA FERNDDES DA SILVA, NÚCLEO RURAL DE SOBRADINHO - LOTE 10 - ITAPOÁ-DF, 71590-000
Complexo administrativo 909 norte	SGAN 909 Mod. C - Asa Norte, Brasília - DF, 70790-090
DEPÓSITO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – Unidade GAMA	PRAÇA 02 - LOTE 14 - SETOR CENTRAL, TÉRREO GAMA - DF CEP: 72405-025
Complexo de armazenamento – Unidade BRASÍLIA	SAAN Quadra 04 LOTES 765/1.015 CEP: 70632-011
<u>Residência Oficial</u>	SHIS QI 05 - Chácara 53 – Lago Sul – Brasília/DF
Coordenação de Serviços Gráficos - CSG	SRIA - AE 08 - Lote F - Guarã II/DF
Coordenadoria de Veículos e Transportes - COOTRAN	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/04 - Brasília/DF SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/09 - Brasília/DF SGO – Quadra 01 – Lote 04 – Brasília/DF SGO - Quadra 02 - Lotes 70/80/90/100 – Brasília/DF
Juizado Especial - Aeroporto	Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek
NAC - DPE/PCDF	Setor Policial, Lote 24, Complexo da Polícia Civil do DF
Galpões Setor de Indústria e Abastecimento	SIA Trecho 04 Lotes de 1340-1360 e 1420-1450 – SIA/DF
Galpões Setor de Indústria e Abastecimento	STRC - Trecho 02 - Conjunto A - Lote 07 – SIA/DF

Imóveis funcionais	SQN 106 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF
	SQN 106 – Bloco C – Apartamento 604 - Brasília/DF
	SQN 108 – Bloco H – Apartamento 508 - Brasília/DF
	SQN 216 – Bloco E – Apartamento 309 - Brasília/DF
	SQN 304 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF
	SQN 308 – Bloco H – Apartamento 304 - Brasília/DF
	SQN 308 – Bloco I – Apartamento 507 - Brasília/DF
	SQS 203 – Bloco H – Apartamento 605 - Brasília/DF
	SQS 308 – Bloco I – Apartamento 402 - Brasília/DF
	SQS 315 – Bloco A – Apartamento 302 - Brasília/DF

TABELA - LOCALIDADES - Item 51

item	Localidade	Distância	Quant.	Custo KM	Valor KM	Total
1	Fórum de Águas Claras Quadra 202, Lote 01 CEP: 71937-720	16,3	10	0,4829	7,87127	78,71
2	Fórum de Braslândia Setor Administrativo - LOTE 04 CEP: 72720-640	49,7	10	0,4829	24,00013	240,00
3	Fórum de Ceilândia QNM 11 – Área Especial N. 01 - Ceilândia Centro 7221510	25,9	10	0,4829	12,50711	125,07
4	Fórum do GuarásRIA, QE 25, conjunto 2, lotes 2/3, EPC, Guará II CEP: 71025-015	11,7	10	0,4829	5,64993	56,49
5	Fórum do Gama ÁREA ESPECIAL QUADRA 01 - SETOR NORTE CEP: 72430-900	32,9	10	0,4829	15,88741	158,87
6	Fórum do Itapuã LOTE 10, BLOCO 1 CEP: 71590000	29,9	10	0,4829	14,43871	144,38
7	Fórum Julio Leal Fagundes SMAS - Trecho 4 - Lotes 6/4 CEP: 70610-906	8,6	10	0,4829	4,15294	41,52
8	Fórum CEJUSC SGAN 909 Mod. C - Asa Norte, Brasília - DF, 70790-090	4,5	10	0,4829	2,17305	21,73
9	Fórum do N. Bandeirante Av. do Contorno – Área Esp. N. 13 - LOTE 14 CEP: 71705-535	12,9	10	0,4829	6,22941	62,29
10	Fórum do Paranoá QUADRA 03 - LOTE 02 CEP: 71570-030	23,3	10	0,4829	11,25157	112,51
11	Fórum de Planaltina Área Especial N. 10, VIA WL-02 – Setor Administ. CEP: 73310-900	43,6	10	0,4829	21,05444	210,54
12	Fórum do Recanto das Emas Quadra 02 - Conj 01 - Lote 3 - Centro CEP: 72610-670	35,5	10	0,4829	17,14295	171,42
13	Fórum do Riacho Fundo QS 02 - Lote A CEP: 71820-211	18,2	10	0,4829	8,78878	87,88
14	Forum de Samambaia Quadra 302 - Conjunto 1 - Lote 1 CEP: 72300-631	27,7	10	0,4829	13,37633	133,76
15	Fórum de Santa Maria Av. dos Alagados - Quadra 211 - Lote 01 - Conj. 1 CEP: 72511-100	32	10	0,4829	15,4528	154,52
16	Fórum de São Sebastião Centro de Múltiplas Atividades Lote 4 CEP: 71691-075	26,4	10	0,4829	12,74856	127,48
17	Fórum de Sobradinho SETOR DE ADM CULTURAL - Q CENTRAL CEP: 73010-501	25,8	10	0,4829	12,45882	124,58
18	Fórum de Taguatinga Área Esp N. 23 - Setor C Norte – Próximo ao HRT CEP: 72115-901	21,1	10	0,4829	10,18919	101,89
19	Fórum Verde SAI - NORTE - LOTE M, BLOCO 1 CEP: 70620-000	1,1	10	0,4829	0,53119	5,31
20	Complexo administrativo 909 norte ASA NORTE	5	1	0,4829	2,4145	2,41
21	DEP PÚBLICO – GAMA Praça 02 – Lote 14 – Setor Central, Térreo, Sala s/n. CEP: 72405-125	36	1	0,4829	17,3844	17,38
22	Complexo de armaz – BRASÍLIA SAAN Q.4 – Lotes 765/1015. Brasília – DF. CEP: 70632-400	7,5	1	0,4829	3,62175	3,621
23	Residência Oficial SHIS Conj. 15 QI 16 casa 5	15,9	1	0,4829	7,67811	7,678
24	Coord de Serviços Gráficos - CSG Guará II QE 38 AE 8 - Guará, Brasília - DF, 70297-400	12,3	1	0,4829	5,93967	5,93
25	Coord de Veíc e Transp - COOTRAN	2,5	1	0,4829	1,20725	1,20
26	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/04 - Brasília/DF	7,5	1	0,4829	3,62175	3,62
27	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/09 - Brasília/DF	8,5	1	0,4829	4,10465	4,10
28	SGO – Quadra 01 – Lote 04 – Brasília/DF	9,4	1	0,4829	4,53926	4,53
29	SGO - Quadra 02 - Lotes 70/80/90/100 – Brasília/DF	1	1	0,4829	0,4829	0,48
30	Juizado Especial - Aeroporto	15,9	1	0,4829	7,67811	7,67

31	NAC - DPE/PCDF Complexo da Polícia Civil do DF	4,5	1	0,4829	2,17305	2,17
32	Galpões Setor de Ind e Abast SIA trecho 4	8	1	0,4829	3,8632	3,86
33	Galpões Setor de Indúst e Abastecim. SIA trecho 4	8,6	1	0,4829	4,15294	4,15
imóveis Func	Imóveis funcionais			0,4829	0	0
34	SQN 106 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
35	SQN 106 – Bloco C – Apartamento 604 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
36	SQN 108 – Bloco H – Apartamento 508 - Brasília/DF	5,8	1	0,4829	2,80082	2,80
37	SQN 216 – Bloco E – Apartamento 309 - Brasília/DF	10,8	1	0,4829	5,21532	5,21
38	SQN 304 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
39	SQN 308 – Bloco H – Apartamento 304 - Brasília/DF	5,7	1	0,4829	2,75253	2,75
40	SQN 308 – Bloco I – Apartamento 507 - Brasília/DF	5,7	1	0,4829	2,75253	2,75
41	SQS 203 – Bloco H – Apartamento 605 - Brasília/DF	6,8	1	0,4829	3,28372	3,28
42	SQS 308 – Bloco I – Apartamento 402 - Brasília/DF	7,9	1	0,4829	3,81491	3,81
43	SQS 315 – Bloco A – Apartamento 302 - Brasília/DF	8,6	1	0,4829	4,15294	4,15
Média dos demais prédios	Média dos demais Prédios	14,94		0,4829	7,214526	0
44	complexo da sede Praça Municipal – Lote 01 – Bloco B – Brasília – DF CEP: 70094-900	14,94	283	0,4829	7,214526	2041,71
Total x2 (calcular a ida e a volta)						

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS ____/2026, QUE
ENTRE SI FAZEM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS E A EMPRESA

_____.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/MF 00.531.954/0001-20, sediado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria GPR 1193, de 07/05/2024, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, **de outro lado**, a empresa _____, CNPJ/MF _____, estabelecida na _____, CEP: _____, telefone: _____, e-mail: _____, neste ato, representada por seu _____, _____, portador do CPF *****.XXX.XXX-****, daqui por diante denominada

simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, com base na Lei 14.133/21, sob o regime de execução na forma de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, e em conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico 5/2026** e o decidido no **PA 0042804/2025 - SEI**, os quais farão parte integrante deste instrumento, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de transcrição, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço de chaveiro, sob demanda, incluindo a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulagem e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, nos termos deste contrato e dos seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL – Lei 14.133/2021 e Decreto 8.538/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - O serviço referido na cláusula primeira obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às obrigações assumidas na proposta de preços fornecida pela **CONTRATADA** (protocolo _____), e dirigida ao **CONTRATANTE**, a qual, independentemente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de acordo com a demanda formal do **CONTRATANTE**, da seguinte forma:

I - Os serviços serão executados nos endereços listados no Anexo III e serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 7:00 horas às 18:00 horas.

II - A execução dos serviços poderá ser alterada para outros horários (noturno ou dias não úteis) a critério do **CONTRATANTE**, mediante pagamento de taxa de emergência ou taxa de serviço extraordinário, conforme incisos VI, VII e VIII desta cláusula.

III - A **CONTRATADA** cumprirá os seguintes prazos para execução dos serviços, contados a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE** por meio de Ordem de Serviço (OS):

a) prazo de até 2 (dois) dias úteis para os serviços habituais, quando não houver urgência;

b) prazo de até 2 (duas) horas para execução dos serviços emergenciais;

c) prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado do aviso da rejeição do serviço prestado na alínea 'a', para providenciar as correções necessárias;

d) prazo de até 2 (duas) horas, contado do aviso da rejeição do serviço prestado na alínea 'b', para providenciar as correções necessárias.

IV - Para os itens com fornecimento de materiais, só serão aceitos materiais novos e originais.

V - Para abertura da Ordem de Serviço será utilizado o sistema informatizado já existente no **Núcleo de Registros e Controle de Acesso - NURCA**.

VI - Taxa de Deslocamento - A cada mês será paga, cumulativamente com os serviços executados. O serviço foi estimado, baseado no cálculo da distância da Sede do Tribunal, para cada localidade prevista no Anexo III. E, também estimando a média das distâncias de todas as localidades, para cômputo da Sede.

a) A fonte de pesquisa utilizada, para os cálculos do preço da gasolina e valores de consumo médio urbano em oito carros populares, <https://preco.anp.gov.br/> e www.carrosnaweb.com.br.

VII - Taxa de Emergência - Para chamados que o Chaveiro deve comparecer, para a execução do serviço, no prazo máximo de 02 (duas) horas.

a) A taxa de emergência será paga cumulativamente com a taxa de deslocamento, não sendo cumulativa com a taxa de serviços extraordinários.

VIII - Taxa de Serviço Extraordinário - O **CONTRATANTE** solicitará, sempre que necessário, o acompanhamento do serviço de Chaveiro, nas operações da polícia judicial do **CONTRATANTE** e/ou da polícia judiciária, mediante comunicação prévia, para atendimento em qualquer horário, nos dias úteis, feriados ou finais de semana, limitado o acompanhamento pelo período de 3 (três) horas, e, caso esse tempo seja extrapolado, será paga a fração excedente, proporcional ao tempo do serviço prestado.

a) A taxa de serviço extraordinário será paga cumulativamente com a taxa de deslocamento, não sendo cumulativa com a taxa de emergência.

IX - A contratação contempla a prestação de serviços de chaveiro sob demanda, dimensionada para atender às necessidades rotineiras e emergenciais do **CONTRATANTE**. O modelo de execução deve assegurar padronização técnica, rastreabilidade plena e, sobretudo, a estrita observância à segurança institucional, dado o impacto direto do objeto no controle de acesso a áreas sensíveis e na integridade do sistema de chaves mestras do **CONTRATANTE**.

X - Escopo de Atuação: Abertura técnica, destravamento e remoção de dispositivos (fechaduras, cilindros e cadeados) com emprego de técnicas não destrutivas, priorizando a integridade de portas e ferragens. Inclui manutenção corretiva, regulagem e confecção de chaves.

XI - Qualidade dos Insumos: Como requisito de durabilidade e segurança, as chaves deverão ser confeccionadas em latão ou ligas metálicas de alta resistência, com acabamento niquelado ou cromado, compatíveis com os perfis de cilindros de alta segurança utilizados no Tribunal. As fechaduras e cilindros devem seguir normas da ABNT (NBR 14913) e possuir certificação de resistência e grau de segurança compatível com o tráfego institucional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento do serviço será acompanhado e fiscalizado pelo **Núcleo de Contratações e Convênios de Segurança e Inteligência - NUCESI**, na condição de representante do **CONTRATANTE**, e será executado em 02 (duas) etapas:

I - O recebimento provisório, a cargo do fiscal que acompanha a execução do contrato, dar-se-á mediante elaboração de termo detalhado de recebimento provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contado da entrega do objeto.

II - O recebimento definitivo, a cargo de outro servidor ou comissão responsável, dar-se-á mediante elaboração de termo detalhado de recebimento definitivo, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento provisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela qualidade e perfeito funcionamento do equipamento, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recebimento será efetuado apenas quando a **CONTRATADA** atender a todos os requisitos deste contrato e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO - A recusa do objeto, no todo ou em parte, acontecerá nos seguintes casos:

I - forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;

II - apresentarem mais de 3 (três) problemas até o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** terá o prazo de 2 (dois) dias corridos para providenciar a reposição do objeto recusado, às suas custas, a partir da comunicação formal do **CONTRATANTE**. Ultrapassando esse prazo sem que o problema seja sanado, e sem que haja justificativa aceitável, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação, estando a **CONTRATADA** sujeita às sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO - A reposição do objeto recusado por si só não desonera a **CONTRATADA** das penalidades previstas pelo descumprimento das obrigações estabelecidas no instrumento contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega ou de execução do contrato deverão ser apresentados nos próprios autos e antes do término do prazo inicialmente pactuado, contendo as justificativas e os documentos que comprovam a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo fixado em edital e no contrato.

I - A certificação quanto à tempestividade e a análise prévia do pedido de prorrogação previstos neste parágrafo será realizada pelo gestor do contrato, devendo ser consideradas as circunstâncias alegadas e as provas apresentadas, a viabilidade técnica e os possíveis prejuízos à Administração, sendo deliberada a prorrogação, em definitivo, pela Autoridade Competente.

II - Caberá à Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA, manifestar-se, exclusivamente, em relação às teses de cunho jurídico e/ou quando demandada pela Autoridade Superior.

PARÁGRAFO OITAVO – Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone(s) (0xx61) 99989-2389 ou pelo *e-mail*: norton.carvalho@tjdft.jus.br, no horário de atendimento das 12 às 18 horas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** – Além das obrigações assumidas no edital e neste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se:

I - Providenciar para que o objeto da contratação seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo **CONTRATANTE**, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o **CONTRATANTE**.

II - Arcar com todo o transporte do produto objeto da presente contratação, e os deslocamentos necessários a sua entrega.

III - Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto da contratação, responsabilizando-se pelo pagamento de tributo e despesas inerentes ao material fornecido.

IV - Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta contratação.

V - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, contado da solicitação do **CONTRATANTE**, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

VI - Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais ou na prestação dos serviços.

VII - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do **CONTRATANTE**.

VIII - Não realizar a veiculação de publicidade acerca do objeto desta contratação, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**.

IX - Manter atualizados e-mail e telefones constantes da proposta, a fim de viabilizar as comunicações/notificações realizadas durante a execução do contrato.

X - Respeitar o Código de Ética e Integridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em observância à [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do inciso XVII do art. 92 da [Lei 14.133/21](#) e do [art. 429 da CLT](#).

I - A **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento do disposto no caput, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação, nos termos do inciso XVI do art. 92 da [Lei 14.133/21](#).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** compromete-se não dar em garantia o Contrato nem ceder o crédito dele decorrente, em quaisquer operações financeiras, sob pena de multa compensatória e de rescisão contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

II - Receber o objeto em dias úteis, no horário e local designado na cláusula quarta deste instrumento.

III - Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

IV - Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

V - Fiscalizar durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Administração deverá providenciar a prévia oitiva da **CONTRATADA**, quanto ao interesse no reajustamento, no prazo de até 1 (um) ano, contado do orçamento estimado, nos termos da cláusula que trata do reajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A administração deverá Identificar os itens a serem acompanhados durante a execução dos serviços e elaborar plano de fiscalização, com base no modelo de gestão, no modelo de execução do contrato, na especificação de requisitos, nas responsabilidades e na proposta da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada ao **CONTRATANTE** a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**, conforme artigo 3º da Resolução nº. 07/2005 do CNJ.

PARÁGRAFO QUARTO - É vedada ao **CONTRATANTE** a contratação, a qualquer título, de empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, conforme disposto no art. 18, inciso XI, da Lei nº 15.321/2025.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedada, ainda, ao **CONTRATANTE** a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

a) a vedação constante deste parágrafo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA - A garantia será de **3 (três) meses corridos**, contado a partir do recebimento definitivo do serviço por parte do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A despesa com a execução do presente instrumento correrá, neste exercício, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Elemento de Despesa _____, Subelemento _____, PTRES _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos pela Nota de Empenho 202_NE_____, de ___/___/202_, no valor de R\$_____ à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula, para atender às despesas inerentes a este contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os créditos e respectivo empenho para atender às parcelas da despesa que serão executadas no exercício subsequente serão informados pela **SEOF** do **CONTRATANTE**, que os anexará ao processo administrativo da contratação, tão logo sejam emitidos.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR - O valor do presente instrumento, para o período de **01 (um) ano**, fica estimado em R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO – O **CONTRATANTE** obriga-se a pagar a **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

I - A CONTRATADA disponibilizará para o **CONTRATANTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se no ato da conclusão dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições de acordo com as especificações estipuladas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, o **CONTRATANTE** deverá verificar a regularidade fiscal da **CONTRATADA** com a Seguridade Social – CND, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e com a Fazenda Federal; consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, bem como verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, em especial a obrigação de manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação/qualificação exigidas para a contratação.

I – Caso seja constatada alguma irregularidade após a verificação especificada neste parágrafo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei (arts. 92, inciso XVI; 137, inciso I; e 156, da Lei 14.133/21).

II - Na eventualidade de a **CONTRATADA** decidir efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante da nota de empenho, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para fins de não retenção dos tributos federais, conforme disposto nos arts. 4º e 6º da Instrução Normativa da SRFB 1.234/2012, as instituições e pessoas jurídicas elencadas nos incisos III, IV e XI do art. 4º, deverão apresentar ao órgão, **no ato da assinatura do contrato**, declaração, na forma dos anexos II a IV à instrução, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de

atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do serviço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$\frac{EM = I \times N \times VP}{N \times VP}$	Em que:
	<p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da Parcela a ser paga;</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%</p> <p>I = Índice de compensação financeira assim apurado:</p> <p>I = $(\frac{TX}{100}) \cdot I = (\frac{6}{100}) \cdot 365$</p> <p>I = 0,00016438</p>

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF 1.234, de 11/01/2012, publicada no DOU de 12/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 a Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

II - relacionadas à Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento) calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa 971, de 13/11/2009, publicada no DOU de 17/11/2009 e alterações conforme determina a Lei 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

III - referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - incidentes sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 e alterações c/c o Decreto GDF 25.508, de 19/01/2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE – O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é 06/03/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O reajuste será concedido de ofício pelo **CONTRATANTE**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**.

I - O **CONTRATANTE** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato,

procedendo-se ao seu reequilíbrio a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

I - A CONTRATADA assumirá os riscos relativos à possível variação cambial, para mais ou para menos, e adotará medidas que entender adequadas para proteção contra qualquer impacto econômico-financeiro decorrente de valorização/desvalorização do Real, não devendo ser motivo para apresentação de pedido de reequilíbrio contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular ao **CONTRATANTE** requerimento para o reequilíbrio do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste contrato.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato.

II – Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – O CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

IV - O CONTRATANTE, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá ao reequilíbrio do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Independentemente de solicitação, o **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO – As alterações decorrentes do reequilíbrio do contrato serão publicadas no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**.

PARÁGRAFO QUINTO – O CONTRATANTE, após expirado o prazo do contrato, efetivará o pagamento de verbas retroativas, solicitadas pela **CONTRATADA** durante a vigência contratual, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, tomando-se por base a data do fato gerador que ensejou o direito ao reequilíbrio ou repactuação dos preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO AUMENTO E SUPRESSÃO - O objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGP/M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), "pro rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos a **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

I - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE** deverá notificar à **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida e impressa no sítio do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br), com os seguintes campos:

Unidade Favorecida:

Código 100001

Gestão 00001

Recolhimento:

Código 98815-4

Contribuinte:

CPF/CNPJ

Nome

Valor do Documento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Efetuado o recolhimento de que trata o parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o índice estabelecido no *caput* desta cláusula não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Caso a **CONTRATADA** incida nas condutas definidas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), no edital ou no contrato, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se conduta irregular:

I-Falhar na execução contratual: inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pela **CONTRATADA**;

II- Fraudar a execução contratual: prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

III - Comportar-se de maneira inidônea: prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas ou apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinadas a prejudicar a veracidade de suas informações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO QUARTO - Ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a **CONTRATADA** que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no parágrafo primeiro desta cláusula:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

IV- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do presente contrato sem motivo justificado.

PARÁGRAFO QUINTO -A declaração de inidoneidade, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, será aplicada se a **CONTRATADA** cometer alguma das infrações administrativas descritas abaixo, bem como pelas infrações administrativas previstas no parágrafo quarto desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

- I - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do presente contrato;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

PARÁGRAFO SEXTO - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** de **0,5% (cinco décimos percentuais)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de **60 (sessenta)** dias corridos.

I - Após 45 (quarenta e cinco) dias corridos de atraso, a Administração deverá avaliar se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 20 da [Portaria GPR 75/2022](#).

II - A aplicação de multa moratória será precedida do devido processo legal, observados os princípios do contraditório da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

III - A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Portaria GPR 75/2022](#) e na Lei nº 14.133, de 2021.

IV - O valor final apurado para a sanção de multa moratória, calculado na forma deste contrato, observará o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela em atraso.

V - Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela **CONTRATADA** de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 1% (um por cento) do valor contratado ou estimado da contratação, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

II - de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado ou contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração falsa durante a execução do contrato;

b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;

f) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do contrato;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

j) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

V - O CONTRATANTE exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

VI - A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Fica dispensada a formalização em processo, registro contábil e cobrança administrativa dos débitos, quando a soma dos valores atribuídos à **CONTRATADA**, sem juros ou atualizações, for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes.

I - Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação da sanção de multa e em caso de rescisão contratual unilateral será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os prazos referentes às penalidades aplicadas à **CONTRATADA**, para todos os efeitos, são contados a partir da data do registro realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP ou sistema equivalente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os casos excepcionais serão decididos pela Presidência do TJDF.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A **CONTRATADA**, ao ser notificada sobre a intenção do **CONTRATANTE** de prorrogar a vigência contratual, terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para se manifestar, pois, caso não o faça, será aplicada penalidade de multa, no percentual de 0,5% (cinco décimos percentuais), a incidir sobre o valor total do contrato, conforme art. 37 da [Portaria GPR 75 de 14/01/2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO - O presente instrumento será executado sob o acompanhamento do **Núcleo de Contratações e Convênios de Segurança e Inteligência - NUCESI** do **CONTRATANTE**, o qual se incumbirá de receber e atestar as faturas referentes ao objeto deste contrato, observar o fiel cumprimento do presente contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

I - As decisões e providências que ultrapassem a competência do setor fiscalizador deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A gestão da execução contratual compreende a fiscalização técnica, administrativa, setorial, bem como a do Demandante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização da execução contratual deve se valer dos atores relacionados, sob a coordenação do gestor do contrato, para garantir a efetiva prestação de serviço. Em regra, cabe ao gestor da unidade que apresentou a demanda, considerando a sua complexidade, avaliar a necessidade da presença de todos eles ou não.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os substitutos atuarão nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

PARÁGRAFO QUARTO - O **Gestor de Contrato** será o servidor designado para:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.

II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior as que ultrapassarem sua competência.

III - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e o pagamento da despesa.

IV - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda à finalidade da Administração.

V - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

VI - Constituir relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção de estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico de novas contratações.

VII - Coordenar a elaboração do relatório de riscos e suas atualizações durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e setoriais.

VIII - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestação de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

IX - Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou unidade com competência para tal.

X - Coordenar a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.

PARÁGRAFO QUINTO - O **Fiscal Técnico** será o servidor designado para:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o com informações pertinentes às suas competências.

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando providências para regularização das faltas ou defeitos observados.

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada na execução do contrato, determinando prazo para correção.

IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras.

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

VI - Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e, após a atestação, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação.

VII - Comunicar ao gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação.

VIII - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo ou setorial de que trata o inciso VII do parágrafo quarto desta cláusula.

IX - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o

documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestação de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

X - Contribuir para a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.

PARÁGRAFO SEXTO - O **Fiscal Administrativo** será servidor designado para:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, bem como acompanhamento de garantias e glosas.

II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, observado o disposto no art. 36 da [Portaria GPR 1.305 de 21 de julho de 2020](#).

IV - Atuar tempestivamente em eventual descumprimento de obrigações contratuais, informando o gestor do contrato para providências cabíveis quando ultrapassar a sua competência.

V - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico ou setorial de que trata o inciso VII do parágrafo quarto desta cláusula.

VI - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA** de que trata o inciso VIII do parágrafo quarto desta cláusula.

VII - Contribuir para a elaboração do Plano de Fiscalização do Contrato, quando cabível.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O **Fiscal Setorial** será o servidor designado para auxiliar o gestor de contrato na fiscalização da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando necessário ou a critério da Administração, com o objetivo de avaliar, *in loco*, a execução do objeto nos moldes contratados, em razão de a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo setor;

I - Cabem ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, as atribuições de que tratam os parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS - As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo com o estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ÉTICA - O **CONTRATANTE** é regido pela [RESOLUÇÃO 6/2022](#), que institui o Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, e pela [PORTARIA GPR 243/2021](#), que estabelece a conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO - As partes comprometem-se a observar a RESOLUÇÃO CNJ 351/2020, alterada pela [RESOLUÇÃO CNJ 518/2023](#), que institui, no âmbito do Poder Judiciário da União, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUSTENTABILIDADE - A CONTRATADA deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de peças substituídas, apresentando mensalmente o comprovante de descarte/reciclagem.

II - Usar, preferencialmente, documentação digital (OS eletrônica e relatórios em PDF via SEI), eliminando o consumo de papel e insumos de impressão, alinhando-se às metas de descarbonização e redução de custeio administrativo do CONTRATANTE.

III - Manter o local limpo, recolhendo todo o resíduo gerado.

IV - Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aplicáveis à atividade.

V - Providenciar ambientes e condições seguras durante a execução dos serviços.

VI - Havendo acidente, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração e cumprir os procedimentos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO - A extinção do presente instrumento poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no art. 137, da Lei 14.133/21;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Por decisão judicial, nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O presente instrumento vigorará por **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, respeitando a vigência máxima de 10 (dez) anos, no interesse das partes, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, na forma dos artigos 107 da Lei 14.133/21.

I - O contrato terá eficácia a partir do primeiro dia útil seguinte ao de sua disponibilização no PNCP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES - O presente Instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 124 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS - Este contrato regula-se pela Lei 14.133/21, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe,

supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO - Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO – Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, SOB DEMANDA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PELA CONTRATADA.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS CHAMADOS	QTD	UN	Valor Unitário	Valor Total
	1.	Abertura de Cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
	2.	Abertura de Cadeado Tetra Pado, Gold ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
	3.	Abertura de Fechadura de Cofre Mecânico Gold.	10	Serviço	R\$	R\$
	4.	Abertura de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. Modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$	R\$
	5.	Abertura de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90º com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviço	R\$	R\$
	6.	Abertura de fechadura de Porta de Vidro Temperado.	5	Serviço	R\$	R\$

7.	Abertura de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	82	Serviço	R\$	R\$
8.	Abertura de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar.	20	Serviço	R\$	R\$
9.	Conserto de fechadura de cofre com Senha Mestra, marca Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
10.	Conserto de Fechadura de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	5	Serviço	R\$	R\$
11.	Conserto de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
12.	Conserto de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
13.	Conserto de Fechadura de Porta das marcas Assa Abloy, Imab, Gold ou similar, com Fornecimento de peça se for necessário.	20	Serviço	R\$	R\$
14.	Conserto de Fechadura Tetra e Tetra em X marcas Jas, Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	10	Serviço	R\$	R\$
15.	Conserto de fechadura de porta em vidro temperado	15	Serviço	R\$	R\$
16.	Cópia de Chave de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
17.	Cópia de Chave plana La Fonte, Imab, Arouca, Papaiz, Stam, Soprano ou similar.	1288	Serviço	R\$	R\$
18.	Cópia de Chave Tetra Gold, Stam ou similar.	85	Serviço	R\$	R\$
19.	Extração de Chave Quebrada	15	Serviço	R\$	R\$
20.	Fechamento de portas com fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	15	Serviço	R\$	R\$
21.	Fechamento de portas com fechadura tetra Stam, Gold ou Similar.	10	Serviço	R\$	R\$
22.	Fornecimento e instalação de fechadura completa para gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold e Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
23.	Fornecimento e instalação de fechadura completa de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
24.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Assa Abloy, acompanhada de 2 chaves.	20	Serviço	R\$	R\$
25.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples La Fonte ou similar, acompanhada de 2 chaves	10	Serviço	R\$	R\$
26.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Imab ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
27.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
28.	Fornecimento e instalação de fechadura para Porta de Vidro Temperado, acompanhada de 2 chaves	5	Serviço	R\$	R\$
29.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples tubular, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
30.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Stam, Gold ou Similar, acompanhada de 2 chaves.	25	Serviço	R\$	R\$

1.

31.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples para banheiro, estilo tambor cilíndrico com lingueta, com 2 chaves	15	Serviço	R\$	R\$
32.	Fornecimento e troca de cilindro de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
33.	Fornecimento e troca de cilindro de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com o fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
34.	Fornecimento e instalação de cilindro de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com o fornecimento de 2 (duas) chaves.	54	Serviço	R\$	R\$
35.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura de Cofre Mecânico Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	10	Serviço	R\$	R\$
36.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
37.	Modelagem de Chave de Cofre Mecânico Gold, ou similar, com fornecimento de 2 chaves	10	Serviço	R\$	R\$
38.	Modelagem de Chave de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	46	Serviço	R\$	R\$
39.	Modelagem de Chave Simples de Cadeado Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
40.	Modelagem de Chave de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
41.	Modelagem de Chave Simples de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviço	R\$	R\$
42.	Modelagem de Chave Simples de Porta Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	141	Serviço	R\$	R\$
43.	Modelagem de Chave Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviço	R\$	R\$
44.	* Taxa de Emergência.	60	Serviço	R\$	R\$
45.	* Taxa de Serviço Extraordinário.	20	Serviço	R\$	R\$
46.	Troca de segredo numérico de cofre marca Gold, ou similar.	5	Serviço	R\$	R\$
47.	Unificação de segredo de cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviço	R\$	R\$
48.	Unificação de segredo de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar	10	Serviço	R\$	R\$
49.	Unificação de segredo de fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	206	Serviço	R\$	R\$
50.	Unificação de segredo de fechadura tetra Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	20	Serviço	R\$	R\$
51.	* Taxa de deslocamento anual, conforme a tabela de deslocamento abaixo.	1	Serviço	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DO LOTE 1 R\$:					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	VALOR UNTÁRIO FIXO	VALOR TOTAL FIXO
------	---------------	-----	----	-----------------------	---------------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO FIXO	VALOR TOTAL FIXO
51	TAXA DE DESLOCAMENTO, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO.	1	Serviço		R\$

ANEXO II

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

0.1. A prestação de serviços compreende a execução de atividades de chaveiro relacionadas à manutenção corretiva, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra qualificada, nos seguintes termos:

0.0.1. **Serviços de Abertura Técnica e Manutenção:** A abertura técnica não destrutiva envolve o destravamento de portas, gavetas, armários, cofres e arquivos por meio de técnicas especializadas — como “mixagem” — e ferramentas apropriadas, garantindo a integridade da estrutura e dos componentes do mecanismo. A manutenção corretiva inclui desmontagem, limpeza, lubrificação com grafite em pó ou lubrificantes secos e ajuste de mecanismos internos. Os ajustes de ferragens abrangem regulagem de contra-testas, molas aéreas ou de piso e dobradiças, assegurando o correto fechamento e a funcionalidade dos dispositivos de travamento.

0.0.1. **Sistemas de Cilindros e Mestragem (Núcleo de Segurança):** Os serviços incluem unificação e recombinação de segredos por meio da alteração da codificação interna dos cilindros, permitindo padronização conforme as necessidades de cada unidade. A padronização de mestragem deve observar rigorosamente a hierarquia de chaves mestras do TJDF, garantindo compatibilidade em substituições de cilindros. Em áreas sensíveis, exige-se o uso de cilindros de alta segurança, resistentes a técnicas como “bumping”, perfuração e cópia não autorizada.

0.0.2. **Confecção e Duplicação de Chaves:** As chaves devem ser confeccionadas exclusivamente em materiais de alta resistência, como latão ou ligas metálicas com acabamento cromado ou niquelado, sendo vedado o uso de materiais de baixa durabilidade. A modelagem por impressão permite a confecção de chaves a partir do cilindro, assegurando a integridade do padrão de segurança. Nas duplicações, devem ser utilizadas máquinas calibradas eletronicamente, garantindo precisão das cópias e prolongando a vida útil dos cilindros.

0.0.1. **Fornecimento de Componentes (Ferragens):** As fechaduras e travas fornecidas devem atender à NBR 14913, que estabelece requisitos de desempenho e métodos de ensaio. Para portas externas ou áreas restritas, exige-se grau de segurança “Muito Alto” e resistência adequada à corrosão. Todos os componentes substituídos devem ser novos e originais, vedando-se o uso de peças recondicionadas.

0.0.2. **Procedimentos de Segurança e Gestão:** Os profissionais da contratada devem estar formalmente identificados e autorizados para atuar nas áreas atendidas. É proibida a retenção de moldes, cópias ou registros de segredos mecânicos. Após cada atendimento, deve ser realizada a limpeza do local, incluindo a retirada de limalhas e resíduos, bem como o recolhimento dos materiais substituídos para fins de logística reversa e comprovação documental de destinação.

ANEXO III

LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO
Águas Claras	FÓRUM DESEMBARGADOR HELLÁDIO TOLEDO MONTEIRO, QUADRA 202, LOTE 01 - ÁGUAS CLARAS/DF CEP: 71937-720
Palácio da Justiça/ Fórum de Brasília	FÓRUM DESEMBARGADOR MILTON SEBASTIÃO BARBOSA – BLOCOS A, B, C e D PRAÇA MUNICIPAL - LOTE 1, BRASÍLIA – DF CEP: 70094-900
Brazlândia	FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRCIO RIBEIRO, SETOR ADMINISTRATIVO - LOTE 04, TÉRREO, SALA T-70 BRAZLÂNDIA - DF CEP: 72720-640
Fórum Meio Ambiente	FÓRUM DESEMBARGADOR JOAQUIM DE SOUSA NETO, SAM - NORTE - LOTE M, BRASÍLIA - DF CEP: 70620-000
Ceilândia	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MANOEL COELHO, QNM 11 - ÁREA ESPECIAL N. 01 - CEILÂNDIA CENTRO, CEILÂNDIA - DF CEP: 72215-110
Gama	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE, ÁREA ESPECIAL QUADRA 01, GAMA - DF CEP: 72430-900
Guará	FÓRUM DESEMBARGADORA MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES, QE 25 - ÁREA ESPECIAL I - CONJ. 2 LOTE 2/3 - CAVE - SRIA II, GUARÁ II - DF CEP: 71025-015
Mirabete	FÓRUM PROFESSOR JÚLIO FABBRINI MIRABETE, SRTVS - QD. 701 - LOTE 8R - BRASÍLIA - DF CEP: 70340-903
Leal Fagundes	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES - BLOCO 5, SMAS - SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL - TRECHO 4 - LOTES 6/9, BRASÍLIA - DF CEP: 70610-079
Núcleo Bandeirante	FÓRUM DESEMBARGADOR HUGO AULER, AVENIDA CONTORNO - AREA ESPECIAL N. 13 - LOTE 14, NÚCLEO BANDEIRANTE - DF CEP: 71705-535
Paranoá	FÓRUM DESEMBARGADOR MAURO RENAN BITTENCOURT, QUADRA 03 - LOTE 02, PARANOÁ – DF CEP: 71570-030
Planaltina	FÓRUM DESEMBARGADOR LÚCIO BATISTA ARANTES, ÁREA ESPECIAL N. 10, VIA WL-02 - SETOR ADMINISTRATIVO, PLANALTINA - DF CEP: 73310-900
Recanto da Emas	FÓRUM DESEMBARGADOR VALTÊNIO MENDES CARDOSO, QUADRA 02 - CONJUNTO 01 - LOTE 3 - CENTRO URBANO, RECANTO DAS EMAS - DF CEP: 72610-670
Riacho Fundo	FÓRUM DESEMBARGADOR CÂNDIDO COLOMBO CERQUEIRA, QS 02 - LOTE A, RIACHO FUNDO - DF CEP: 71820-211
Santa Maria	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ DILERMANDO MEIRELES, AVENIDA DOS ALAGADOS - QUADRA 211 - LOTE 01 - SANTA MARIA - DF CEP: 72511-100
São Sebastião	FÓRUM DESEMBARGADOR EVERARDS MOTA E MATOS, CENTRO DE MÚLTIPLAS SÃO SEBASTIÃO - DF CEP: 71691-075
Sobradinho	FÓRUM DESEMBARGADOR JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, SETOR DE ADMINISTRAÇÃO CULTURAL - QUADRA CENTRAL - LOTE F, SOBRADINHO - DF CEP: 73010-501
Taguatinga	FÓRUM DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO MARTINS, ÁREA ESPECIAL N. 23 - SETOR C NORTE - AV. SAMDU - TAGUATINGA NORTE, TAGUATINGA - DF CEP: 72115-901

Samambaia	FÓRUM DESEMBARGADOR RAIMUNDO MACEDO, QR 302, CONJUNTO 1, LOTE 1 - SAMAMBAIA SUL, BRASÍLIA - DF, 72310-030
Itapoã	FÓRUM DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA FERNDDES DA SILVA, NÚCLEO RURAL DE SOBRADINHO - LOTE 10 - ITAPOÁ-DF, 71590-000
Complexo administrativo 909 norte	SGAN 909 Mod. C - Asa Norte, Brasília - DF, 70790-090
DEPÓSITO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – Unidade GAMA	PRAÇA 02 - LOTE 14 - SETOR CENTRAL, TÉRREO GAMA - DF CEP: 72405-025
Complexo de armazenamento – Unidade BRASÍLIA	SAAN Quadra 04 LOTES 765/1.015 CEP: 70632-011
<u>Residência Oficial</u>	SHIS QI 05 - Chácara 53 – Lago Sul – Brasília/DF
Coordenação de Serviços Gráficos - CSG	SRIA - AE 08 - Lote F - Guará II/DF
Coordenadoria de Veículos e Transportes - COOTRAN	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/04 - Brasília/DF SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/09 - Brasília/DF SGO – Quadra 01 – Lote 04 – Brasília/DF SGO - Quadra 02 - Lotes 70/80/90/100 – Brasília/DF
Juizado Especial - Aeroporto	Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek
NAC - DPE/PCDF	Setor Policial, Lote 24, Complexo da Polícia Civil do DF
Galpões Setor de Indústria e Abastecimento	SIA Trecho 04 Lotes de 1340-1360 e 1420-1450 – SIA/DF
Galpões Setor de Indústria e Abastecimento	STRC - Trecho 02 - Conjunto A - Lote 07 – SIA/DF
Imóveis funcionais	SQN 106 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF SQN 106 – Bloco C – Apartamento 604 - Brasília/DF SQN 108 – Bloco H – Apartamento 508 - Brasília/DF SQN 216 – Bloco E – Apartamento 309 - Brasília/DF SQN 304 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF SQN 308 – Bloco H – Apartamento 304 - Brasília/DF SQN 308 – Bloco I – Apartamento 507 - Brasília/DF SQS 203 – Bloco H – Apartamento 605 - Brasília/DF SQS 308 – Bloco I – Apartamento 402 - Brasília/DF SQS 315 – Bloco A – Apartamento 302 - Brasília/DF

TABELA - LOCALIDADES - Item 51

item	Localidade	Distância	Quant.	Custo KM	Valor KM	Total
1	Fórum de Águas Claras Quadra 202, Lote 01 CEP: 71937-720	16,3	10	0,4829	7,87127	78,71
2	Fórum de Braslândia Setor Administrativo - LOTE 04 CEP: 72720-640	49,7	10	0,4829	24,00013	240,00
3	Fórum de Ceilândia QNM 11 – Área Especial N. 01 - Ceilândia Centro 7221510	25,9	10	0,4829	12,50711	125,07
4	Fórum do GuarásRIA, QE 25, conjunto 2, lotes 2/3, EPC, Guará II CEP: 71025-015	11,7	10	0,4829	5,64993	56,49

5	Fórum do Gama ÁREA ESPECIAL QUADRA 01 - SETOR NORTE CEP: 72430-900	32,9	10	0,4829	15,88741	158,87
6	Fórum do Itapuã LOTE 10, BLOCO 1 CEP: 71590000	29,9	10	0,4829	14,43871	144,38
7	Fórum Julio Leal Fagundes SMAS - Trecho 4 - Lotes 6/4 CEP: 70610-906	8,6	10	0,4829	4,15294	41,52
8	Fórum CEJUSC SGAN 909 Mod. C - Asa Norte, Brasília - DF, 70790- 090	4,5	10	0,4829	2,17305	21,73
9	Fórum do N. Bandeirante Av. do Contorno – Área Esp. N. 13 - LOTE 14 CEP: 71705-535	12,9	10	0,4829	6,22941	62,29
10	Fórum do Paranoá QUADRA 03 - LOTE 02 CEP: 71570-030	23,3	10	0,4829	11,25157	112,51
11	Fórum de Planaltina Área Especial N. 10, VIA WL-02 – Setor Administ. CEP: 73310-900	43,6	10	0,4829	21,05444	210,54
12	Fórum do Recanto das Emas Quadra 02 - Conj 01 - Lote 3 - Centro CEP: 72610-670	35,5	10	0,4829	17,14295	171,42
13	Fórum do Riacho Fundo QS 02 - Lote A CEP: 71820-211	18,2	10	0,4829	8,78878	87,88
14	Forum de Samambaia Quadra 302 - Conjunto 1 - Lote 1 CEP: 72300-631	27,7	10	0,4829	13,37633	133,76
15	Fórum de Santa Maria Av. dos Alagados - Quadra 211 - Lote 01 - Conj. 1 CEP: 72511-100	32	10	0,4829	15,4528	154,52
16	Fórum de São Sebastião Centro de Múltiplas Atividades Lote 4 CEP: 71691-075	26,4	10	0,4829	12,74856	127,48
17	Fórum de Sobradinho SETOR DE ADM CULTURAL - Q CENTRAL CEP: 73010-501	25,8	10	0,4829	12,45882	124,58
18	Fórum de Taguatinga Área Esp N. 23 - Setor C Norte – Próximo ao HRT CEP: 72115-901	21,1	10	0,4829	10,18919	101,89
19	Fórum Verde SAI - NORTE - LOTE M, BLOCO 1 CEP: 70620- 000	1,1	10	0,4829	0,53119	5,31
20	Complexo administrativo 909 norte ASA NORTE	5	1	0,4829	2,4145	2,41
21	DEP PÚBLICO – GAMA Praça 02 – Lote 14 – Setor Central, Térreo, Sala s/n. CEP: 72405-125	36	1	0,4829	17,3844	17,38
22	Complexo de armaz – BRASÍLIA SAAN Q.4 – Lotes 765/1015. Brasília – DF. CEP: 70632-400	7,5	1	0,4829	3,62175	3,621
23	Residência Oficial SHIS Conj. 15 QI 16 casa 5	15,9	1	0,4829	7,67811	7,678
24	Coord de Serviços Gráficos - CSG Guará II QE 38 AE 8 - Guará, Brasília - DF, 70297-400	12,3	1	0,4829	5,93967	5,93
25	Coord de Veic e Transp - COOTRAN	2,5	1	0,4829	1,20725	1,20
26	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/04 - Brasília/DF	7,5	1	0,4829	3,62175	3,62
27	SMAS - Trecho 4 – Lotes 06/09 - Brasília/DF	8,5	1	0,4829	4,10465	4,10
28	SGO – Quadra 01 – Lote 04 – Brasília/DF	9,4	1	0,4829	4,53926	4,53
29	SGO - Quadra 02 - Lotes 70/80/90/100 – Brasília/DF	1	1	0,4829	0,4829	0,48
30	Juizado Especial - Aeroporto	15,9	1	0,4829	7,67811	7,67
31	NAC - DPE/PCDF Complexo da Polícia Civil do DF	4,5	1	0,4829	2,17305	2,17
32	Galpões Setor de Ind e Abast SIA trecho 4	8	1	0,4829	3,8632	3,86
33	Galpões Setor de Indúst e Abastecim. SIA trecho 4	8,6	1	0,4829	4,15294	4,15
imóveis Func	Imóveis funcionais			0,4829	0	0
34	SQN 106 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
35	SQN 106 – Bloco C – Apartamento 604 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
36	SQN 108 – Bloco H – Apartamento 508 - Brasília/DF	5,8	1	0,4829	2,80082	2,80
37	SQN 216 – Bloco E – Apartamento 309 - Brasília/DF	10,8	1	0,4829	5,21532	5,21
38	SQN 304 – Bloco A – Apartamento 102 - Brasília/DF	5,5	1	0,4829	2,65595	2,65
39	SQN 308 – Bloco H – Apartamento 304 - Brasília/DF	5,7	1	0,4829	2,75253	2,75
40	SQN 308 – Bloco I – Apartamento 507 - Brasília/DF	5,7	1	0,4829	2,75253	2,75
41	SQS 203 – Bloco H – Apartamento 605 - Brasília/DF	6,8	1	0,4829	3,28372	3,28
42	SQS 308 – Bloco I – Apartamento 402 - Brasília/DF	7,9	1	0,4829	3,81491	3,81
43	SQS 315 – Bloco A – Apartamento 302 - Brasília/DF	8,6	1	0,4829	4,15294	4,15
Média dos demais prédios	Média dos demais Prédios	14,94		0,4829	7,214526	0
44	complexo da sede Praça Municipal – Lote 01 – Bloco B – Brasília – DF CEP: 70094-900	14,94	283	0,4829	7,214526	2041,71
Total x2 (calcular a ida e a volta)						

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO - PESSOA JURÍDICA

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º e 2º, inciso V, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)

V – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

Declaro, ainda, que no caso de alteração da situação societária que se enquadre na referida resolução, comprometo-me a comunicar tal fato a esse TJDFT imediatamente.

alt/acm/acc/alt



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ferreira da Silva Junior, Coordenador(a)**, em 08/05/2026, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5141731** e o código CRC **A3121651**.

